

plenário

Órgão Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - ANO VI - Agosto/Setembro /Outubro 2014 - 37ª edição

DO SERTÃO AO MAR

AVENTURA PELO VELHO JAGUARIBE



Refinaria Premium do Ceará. Compromisso que precisa ser cumprido.

Revista Plenário

O Ceará está preparado para receber a Refinaria Premium, um compromisso feito pelo Governo Federal que ainda não foi cumprido. O empreendimento vai aumentar ainda mais o desenvolvimento do nosso estado, com a geração de empregos, a atração de indústrias e o fortalecimento da economia de todos os municípios. A Refinaria vai transformar a vida do nosso povo. Ganha o Brasil, ganha o Ceará, ganham todos os cearenses.

22 bilhões investidos somente na construção.

90 mil empregos diretos e indiretos.



Crescimento do PIB em 50%.

Arrecadação do ICMS vai dobrar.



Recursos para melhorar ainda mais a vida do povo cearense.



Refinaria
Premium
do Ceará
Compromisso que precisa ser cumprido

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

www.al.ce.gov.br

COMO FALAR COM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Av. Desembargador Moreira, 2807
Bairro: Dionísio Torres
CEP: 60170.900 - Fortaleza - Ceará

TELEFONE
(XX85) 3277.2500

(XX85) 3277.2727

DISQUE ASSEMBLEIA
0800 280 2887

FAX
(XX85) 3277.2753

EMAIL
epovo@al.ce.gov.br

revistaplenario@al.ce.gov.br

SITE
<http://www.al.ce.gov.br>

A sociedade ganha mais participação na Casa do Povo

Você sabia que a Assembleia criou mais um canal de participação da sociedade? O Projeto Iniciativa Compartilhada é um dispositivo que permite à população encaminhar propostas que podem ser transformadas em Lei. Nesta edição, explicamos o passo a passo para o envio de suas sugestões.

A Casa do Povo completa 180 anos. Conheça a história do Poder Legislativo e os serviços que oferece ao cidadão. Outra data importante é a comemoração dos 25 anos da Constituinte Estadual, promulgada um ano depois da Constituição Federal. A Carta cearense acompanhava as inovações de uma democracia que renascia depois dos tenebrosos anos de chumbo.

Navegue no maior rio do Ceará: o velho Jaguaribe. O repórter Camilo Veras e o fotógrafo Júnior Pio percorreram de ponta a ponta aquele que já foi chamado de "o maior rico seco do mundo" e mostram toda a sua beleza, desde o nas-

cedouro, em Tauá, passando por várias cidades, até desaguar no mar.

O diploma de jornalista deve ser obrigatório ou não para o exercício da atividade? Conheça a opinião dos que são contra e a favor. Destacamos também o valoroso trabalho da APAE dedicado aos que têm necessidades especiais. E a santa volta para casa: a imagem de Nossa Senhora da Assunção, padroeira de Fortaleza, retorna ao Forte de mesmo nome depois de 157 anos.

O Brasil dá um passo à frente na questão da segurança na web e lança o chamado Marco Civil da Internet. Saiba mais sobre esse revolucionário projeto.

Que fortalezense não brincou no Parque da Criança? Recorde os passeios nesse bucólico espaço enclavado no Centro. O Personalidade Cearense relembra a trajetória artística do grande ator juazeirense José Wilker.

Uma boa leitura!!

Adriano Muniz,
coordenador de comunicação

O CENTRO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E CIDADANIA É UM ESPAÇO TODO SEU. VENHA CONHECER.

Plenário

6º ANDAR
AUDITÓRIO/ANFITEATRO

5º ANDAR
ESPAÇO CULTURAL MULTIUSO

4º ANDAR
BIBLIOTECA DO PARLAMENTO, OUVIDORIA PARLAMENTAR, CONSELHO DE ÉTICA, PROCURADORIA PARLAMENTAR, PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER, MOVIMENTO DAS MULHERES DO LEGISLATIVO CEARENSE, CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E REPRESENTAÇÕES MUNICIPAIS.

1º, 2º E 3º ANDARES
UNIVERSIDADE DO PARLAMENTO CEARENSE

TÉRREO
RESTAURANTE, PROCON E CASA DO CIDADÃO



Construído para os cearenses, o Centro de Educação, Cultura e Cidadania oferece praticidade e conforto em serviços de atendimento direto à população: Casa do Cidadão, Procon, Ouvidoria e Procuradoria Parlamentar, Centro Cultural do Parlamento Cearense, Biblioteca, Universidade do Parlamento, Conselho de Altos Estudos, auditório com capacidade para 560 pessoas e restaurante. Tudo feito para você. Visite, conheça, aproveite.

Rua Barbosa de Freitas, 2391, Anexo II - Dionísio Torres - Fortaleza/CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 280 2887



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
www.al.ce.gov.br



EXPEDIENTE

REVISTA PLENÁRIO

Órgão Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 37ª edição Agosto/Setembro/Octubre 2014

MESA DIRETORA

PRESIDENTE

Zezinho Albuquerque

1º VICE-PRESIDENTE

Tin Gomes

2º VICE-PRESIDENTE

Lucilvio Girão

1º SECRETÁRIO

Sérgio Aguiar

2º SECRETÁRIO

Manoel Duca

3º SECRETÁRIO

João Jaime

4º SECRETÁRIO

Dedé Teixeira

COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Adriano Muniz

EDITORES EXECUTIVOS

Abílio Gurgel

Rozanne Quezado

REPORTAGEM

Abílio Gurgel

Ana Lúcia Machado

Camillo Veras

Dídio Lopez

Jackelyne Sampaio

Narla Lopes

Rozanne Quezado

ESTAGIÁRIO

Remir Freire

REVISÃO

Carmem Ciene

AUXILIAR DE REVISÃO

Camilo Veras

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Alessandro Muratore

e Alice Penaforte

DIGITALIZAÇÃO DE IMAGENS

Vladimir Moreira

FOTOGRAFIA

Dário Gabriel, José Leomar, Júnior Pio, Marcos Moura, Máximo Moura, Paulo Rocha, Bia Medeiros e Stockphotos

IMPRESSÃO

Pouchain Ramos

Tiragem: 7 mil exemplares

plenário

46

Personalidade Cearense | José Wilker



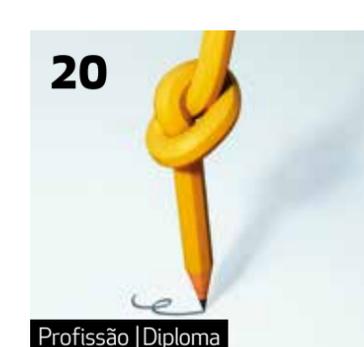
- 6 **Participação Popular** | Iniciativa Compartilhada
- 10 **Campanhas** | Temas Sociais
- 14 **Religiosidade** | Imagem Nossa Senhora da Assunção
- 18 **Aniversário** | Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
- 20 **Profissão** | Diploma
- 24 **Águas do Ceará** | Rio Jaguaribe
- 30 **Constituição Estadual** | 25 Anos
- 34 **Responsabilidade Social** | APAE
- 38 **Legislação** | Marco Civil da Internet
- 42 **A nossa História passa por aqui** | Cidade da Criança
- 46 **Personalidade Cearense** | José Wilker
- 48 **O mês na história** | Novembro
- 50 **Perfil** | Ivelise Alves do Nascimento



14 Religiosidade | Imagem Nossa Senhora da Assunção



34 Responsabilidade Social | APAE



20 Profissão | Diploma

FOTOS: GUSTAVO PELLIZZON/DIÁRIO DO NORDESTE

Com mobilização é possível sim!

Se você tem sugestões que vão melhorar a vida do Estado e consegue mobilizar pessoas em torno dessa causa, pode, efetivamente, apresentar um projeto na Assembleia, com a utilização de dois mecanismos: a Participação Popular ou Iniciativa Compartilhada.

Pouca gente sabe, mas, em 2003, a Assembleia Legislativa do Estado criou um novo dispositivo para facilitar o acesso das sugestões da população ao Legislativo estadual. Nascia, aí, o Projeto de Iniciativa Compartilhada, que veio juntar-se ao Projeto de Iniciativa Popular para facilitar a proposição de matérias oriundas da sociedade.

Através da Iniciativa Compartilhada, por exemplo, entidades da sociedade civil cearense legalmente organizadas, como sindicatos, federações, órgãos representativos de classe, organizações sociais ou associações de moradores, de professores, de pais e similares podem encaminhar suas propostas à apreciação do Legislativo estadual.

O projeto é um avanço. Principalmente porque, até então, a participação popular só era pre-

vista através de outros três mecanismos: o Plebiscito, o Referendo e a Iniciativa Popular. No caso da Iniciativa Popular, a Constituição do Estado prevê que ela seja efetivada “pela apresentação, à Assembleia Legislativa, de projeto de lei e de emenda à Constituição subscritos por, no mínimo, um por cento do eleitorado cearense, distribuído, pelo menos, por cinco municípios, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles”. Os projetos de iniciativa popular tramitarão no prazo de 45 dias, em regime de prioridade.

Mas, a existência de mecanismos como os Projetos de Iniciativa Popular e Iniciativa Compartilhada aparentemente não tem animado o cearense a participar, de forma mais efetiva, da vida política do Estado. É difícil precisar quantos projetos desses tipos chegam à Assembleia a cada ano.



A Assembleia é a Casa do Povo e está de portas abertas para o cidadão. Por isso é que dispõe de mecanismos como o Projeto de Iniciativa Popular e Projeto de Iniciativa Compartilhada, em que a sociedade pode sugerir leis e emendas às leis orçamentárias. São ações que têm a finalidade de fazer com que o cidadão participe do processo legislativo e é uma forma de aumentar ainda mais a interação entre o cidadão e o parlamento”.

deputado **Zezinho Albuquerque** (PROS), presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PASSO A PASSO

Para propor um projeto de Lei ou uma emenda à Constituição do Estado do Ceará, o cidadão deverá elaborar o texto da proposta e colher assinaturas de cerca de 58 mil eleitores (de acordo com o Censo 2011), distribuídos por, pelo menos, cinco municípios.

Um fato interessante é que o postulante não precisa se preocupar com a redação do texto. O Regimento Interno da Assembleia Legislativa diz que esse tipo de

projeto de lei, que contenha vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, será adequado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) para a sua tramitação. Durante a tramitação, ele é avaliado do ponto de vista jurídico e constitucional e passa, também, pelas comissões técnicas. Nos trâmites regimentais são avaliadas a sua pertinência, interesse público e importância social. Nessa fase, o signatário do projeto pode, inclusi-

ve, utilizar a palavra por 20 minutos para discutir a proposta na Assembleia.

A Iniciativa Compartilhada já teve um projeto aprovado na Casa: o que instituiu o Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte do Estado do Ceará, que definiu direitos e deveres em relação às garantias e às obrigações fiscais e tributárias e que foi sancionado pelo governador Cid Gomes no dia 29 de janeiro deste ano.

Iniciativa popular na constituição

Dispõe a Lei 9709/98, em seu art. 13, que a Lei de Iniciativa Popular “consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles”. Ainda de acordo com o art. 13, §1º e 2º, o Projeto de Lei de Iniciativa Popular deverá circunscrever-se a um só assunto e não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Câmara dos Deputados, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

A Constituição exige, como procedimento, a adesão mínima de 1% da população eleitoral nacional, mediante assinaturas, distribuídos por pelo menos 05 unidades federativas e, no mínimo, 0,3% dos eleitores em cada uma dessas unidades. Como, segundo o TSE, o número de eleitores do Brasil em julho de 2010 era de 135,8 milhões, o número mínimo de assinaturas para um projeto de iniciativa popular seria, portanto, 1,36 milhão.

Outras formas de participação popular

Além do Plebiscito, Referendo e Iniciativa Popular, outros dois mecanismos de participação popular são conhecidos e utilizados no mundo: recall e veto popular.

O recall é um mecanismo de participação popular tipicamente norte-americano. Sua forma de aplicação mais conhecida é aquela que possibilita aos cidadãos revogarem o mandato político de determinado representante se estiverem insatisfeitos com sua atuação. Faz-se então uma consulta à opinião pública, solicitada por um certo número de eleitores, para que seja decidido se o candidato eleito deve permanecer ou ser destituído de seu cargo, com o direito de o impugnado apresentar ampla defesa em favor da manutenção de seu mandato político.

Já o veto popular confere o direito aos cidadãos de opinar se determinada lei, discutida e aprovada pelo Poder Legislativo, será vigente no País ou não. Geralmente é determinado um prazo, após a promulgação da lei, para o eleitor se manifestar. A aprovação popular é condição necessária para a lei entrar em vigor.

Com a palavra



É compreensível que a participação popular não seja expressiva na Assembleia, apesar desses mecanismos. É porque nós próprios, deputados, que estamos aqui para legislar, nos sentimos presos, amarrados, por uma série de restrições que inibem e totem a nossa atividade. Não podemos criar despesas, temos que nos coadunar com a legislação federal e, tudo isso, a meu ver, dificulta o pleno exercício da nossa função de legislador

deputado **João Jaime** (DEM)



A meu ver, o que inibe a participação da sociedade, fazendo com que ela não se sinta estimulada a apresentar suas propostas ao Legislativo é, justamente, a falta de conhecimento da existência desses instrumentos colocados à sua disposição, como os projetos de Iniciativa Popular e Iniciativa Compartilhada. Acho também que tanto o Referendo quanto o Plebiscito são muito pouco utilizados no Brasil, e isso acaba restringindo a participação da sociedade

deputado **Lula Moraes** (PC do B)

Assembleia debate trabalho infantil e violência contra a mulher

Lançadas em junho deste ano, as campanhas “Todos juntos contra o trabalho infantil” e “Quem ama abraça fazendo escola” auxiliam na prática da erradicação dessas problemáticas no Ceará.



Deputada Rachel Marques (PT) durante lançamento das campanhas

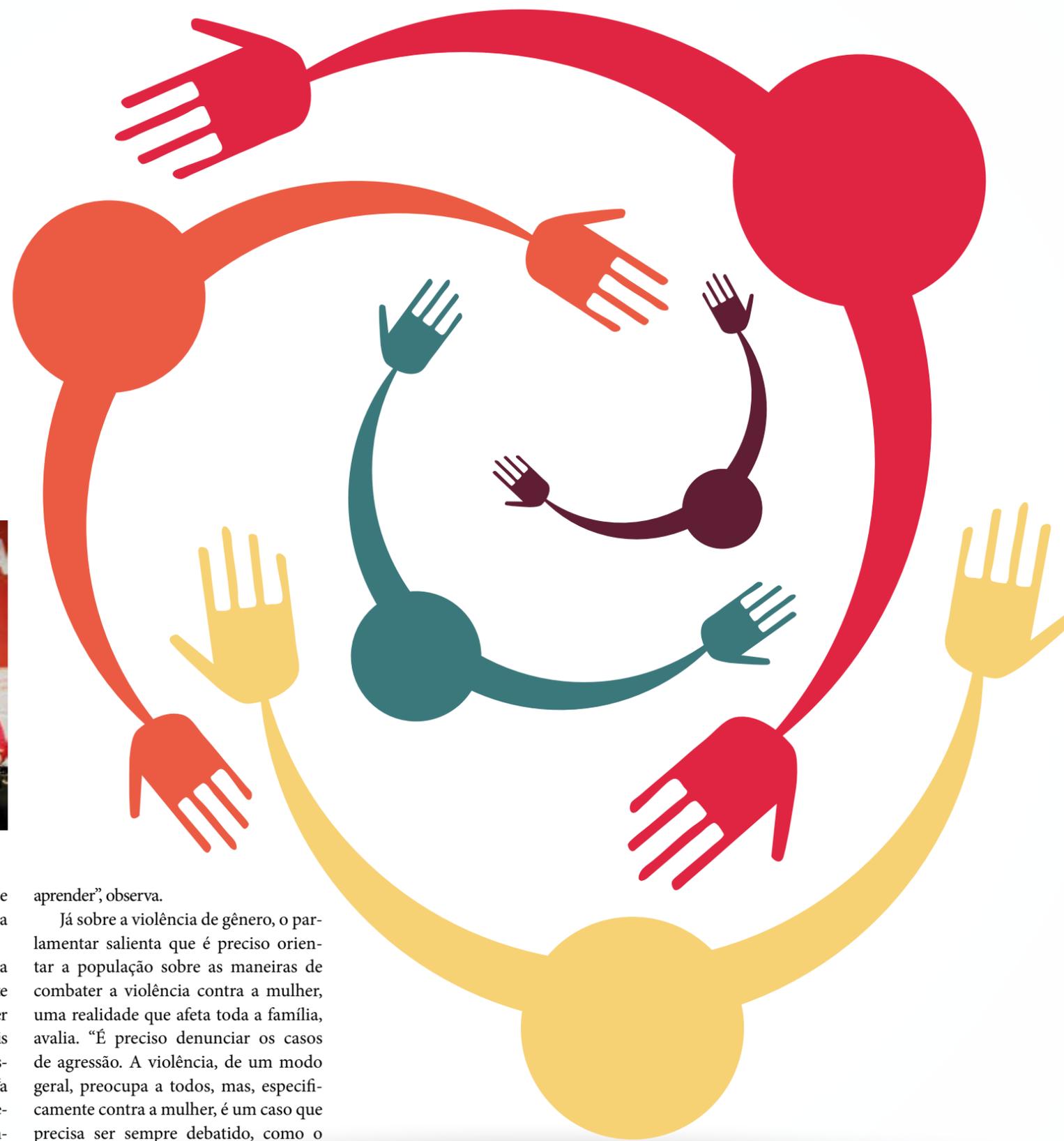
A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará promoveu, em junho passado, o lançamento de duas campanhas de cunho social: “Todos juntos contra o trabalho infantil” e “Quem ama abraça fazendo escola”. A primeira visa chamar a atenção para a questão da atividade laboral de crianças e adolescentes, buscando despertar na sociedade a indignação e união de todos na busca pela erradicação desse problema. Já a segunda diz respeito à

divulgação, no ambiente escolar, de orientações e mecanismos para coibir a violência contra a mulher.

O presidente da Comissão de Defesa Social, deputado Delegado Cavalcante (PDT), ressalta a importância de trazer para o Parlamento cearense temas atuais que preocupam a sociedade. Sobre a questão do trabalho infantil, ele destaca que “a criança não deve trabalhar. O que ela precisa é ficar na escola, se possível em tempo integral, assim terá mais recursos para

aprender”, observa.

Já sobre a violência de gênero, o parlamentar salienta que é preciso orientar a população sobre as maneiras de combater a violência contra a mulher, uma realidade que afeta toda a família, avalia. “É preciso denunciar os casos de agressão. A violência, de um modo geral, preocupa a todos, mas, especificamente contra a mulher, é um caso que precisa ser sempre debatido, como o intuito de buscar uma solução”, afirma.



União de forças na erradicação do trabalho infantil

Divulgar medidas de proteção e prevenção, no intuito de contribuir para a erradicação do trabalho infantil, esse é o objetivo da campanha “Todos juntos contra o trabalho infantil”, lançada em junho, durante audiência pública na Assembleia Legislativa, em parceria com o Ministério Público do Trabalho no Ceará (MPT-CE). Atuar de forma permanente na conscientização da população, fortalecer a luta contra a exploração e efetivar a proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes são as metas da campanha.

A adesão da campanha pela Casa foi uma iniciativa da presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, deputada Rachel Marques (PT). “É importante conscientizar a população, tendo em vista o quanto é danoso o trabalho para uma criança e também incentivar a sociedade a fazer denúncias, pois as leis são claras e não permitem o trabalho infantil”.

Segundo a parlamentar, o primeiro passo é oferecer condições dignas para as famílias, bem como educação de qualidade. “Temos que cobrar do Poder Público a garantia de escola de qualidade, esportes e atividades culturais, que diminuam as chances de ingresso das crianças no mercado de trabalho”, ressalta.

Dados apresentados pelo MPT, com base nos estudos do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que, somente em Fortaleza, 12.777 crianças e adolescentes estão em situação de trabalho infantil. Em 2012, estudos do IBGE registraram, no Ceará, 173 mil crianças e adolescentes trabalhando em situação irregular.

Violência contra a mulher em debate nas escolas

Inserir no âmbito escolar a conscientização sobre problemas sociais foi a primeira iniciativa da campanha “Quem ama abraça fazendo escola”, cujo tema é a violência contra a mulher. A ideia é debater o assunto com os estudantes, levando informações sobre a gravidade desse problema, que afeta não somente a mulher, mas a família.

De acordo com a presidente da Comissão da Infância e Adolescência da Assembleia, deputada Bethrose (PRP), é importante usar a escola como instrumento de enfrentamento à violência contra a mulher, “que, na verdade, é uma violência também contra a família, pois deixa sequelas físicas e psicológicas tanto nos filhos como na mãe”.

A campanha é uma realização da Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh) e do Instituto Magna Mater (IMM), em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Governo Federal. Participam também a Secretaria da Educação e a Coordenadoria de Políticas Públicas para a Mulher.

Segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), realizado no ano passado, no Brasil, no período de 2001 a 2011, foram registrados mais de 50 mil feminicídios (assassinatos de mulheres em razão do seu sexo), o que equivale a, aproximadamente, 5.000 mortes por ano. Acredita-se que grande parte desses óbitos foi decorrente de violência doméstica e familiar, uma vez que cerca de um terço deles teve o domicílio como local de ocorrência.



Antonio de Oliveira Lima, procurador chefe do Ministério Público do Trabalho no Ceará

DÁRIO GABRIEL

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam que, no Brasil, de 2001 a 2011, mais de 50 mil mulheres foram assassinadas, o que equivale a cerca 5.000 mortes por ano.

SAIBA+

Está disposto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que é proibido qualquer trabalho para crianças e adolescentes de até 13 anos. Entre 14 e 15 anos os jovens poderão trabalhar somente na condição de aprendiz. Já dos 16 aos 17 anos, a atividade remunerada é permitida, exceto em condições perigosas ou em horário noturno.



Com a palavra



É importante trazer para o Parlamento cearense temas que preocupam a sociedade. Sobre a questão do trabalho infantil, a criança não deve trabalhar, o que ela precisa é ficar na escola, se possível em tempo integral, assim, terá mais recursos para aprender. Já sobre a violência de gênero, é preciso orientar a população sobre as maneiras de combater a violência realizada contra a mulher

deputado Delegado Cavalcante (PDT)



É louvável que a Assembleia Legislativa tenha aderido a essa campanha. É muito importante usarmos a escola como instrumento de enfrentamento à violência contra a mulher, que, na verdade, é uma violência também contra a família, pois deixa sequelas físicas e psicológicas tanto nos filhos como na mãe

deputada Bethrose (PRP)



É importante conscientizar a população, tendo em vista o quanto é danoso o trabalho para uma criança, e incentivar a sociedade a fazer denúncias, pois as leis são claras e não permitem o trabalho infantil. Além disso, temos que cobrar do Poder Público a garantia de escola de qualidade, esportes e atividades culturais, que diminuem as chances do ingresso das crianças no mercado de trabalho

deputada Rachel Marques (PT)

A padroeira está de volta

O suspense que envolvia o paradeiro da imagem original de Nossa Senhora da Assunção, padroeira de Fortaleza, finalmente chegou ao fim, com um desfecho emocionante e surpreendente para milhares de fiéis que, por longos anos, esperaram o retorno da santa para o seu local de origem, o Forte de Nossa Senhora da Assunção, onde hoje funciona a sede da 10ª Região Militar.

Em três solenidades de grande significação para a história do Ceará, para a Igreja, o exército e o Poder Legislativo cearense, foi oficializada a entrega da imagem bicentenária de Nossa Senhora da Assunção ao Forte que tem o nome da santa e que hoje abriga a 10ª Região Militar, no Centro de Fortaleza.

O reencontro da imagem primitiva da santa com a cidade de Fortaleza e os seus devotos veio como um verdadeiro presente, no dia 15 de agosto, data de grandes celebrações, em Fortaleza, a Nossa Senhora da Assunção. Uma delas é a tradicional caminhada com Maria, que, este ano, em sua 12ª edição, reuniu mais de um milhão e meio de católicos.

Como parte das comemorações que homenagearam a padroeira da Capital, foi realizada uma missa na Catedral Metropolitana de Fortaleza, celebrada pelo arcebispo Dom José Antônio de Aparecido Tose.

A chegada da imagem, afastada da igreja e dos fiéis há 157 anos, causou grande emoção entre os milhares de devotos que aguardavam ansiosos para

vê-la pela primeira vez. Isso porque, nenhuma pessoa, entre todos que estavam ali, sequer tinha nascido quando a santa foi levada para lugar desconhecido da população. Em seu lugar, foi colocada uma réplica, também trazida de Portugal, porém sem o mesmo valor artístico e histórico da original.

Após a missa, que lotou a igreja de devotos, os fiéis seguiram em procissão até a 10ª Região Militar para a cerimônia de entrega da relíquia histórica.

COMO UM MILAGRE

Emocionada ao ver a imagem, a secretária Talita Venâncio não contém as lágrimas e, quase sem acreditar no que vê, afirma que “a sensação é de estar diante de um milagre: Nossa Senhora finalmente é nossa”, declara. A poucos metros, com a família, o aposentado Luiz Carlos conta que nunca perdeu a esperança de um dia também ver a santa de volta ao seu santuário. “Demorou, mas a justiça foi feita e o vazio, que era grande, hoje não existe mais. Não poderíamos ter recebido presente melhor”, disse Luiz.



FOTOS DÁRIO GABRIEL

Para a maioria dos católicos, a peça barroca, esculpida em madeira com detalhes em prata e dourado, medindo 67 centímetros de altura, não possui apenas o valor histórico e artístico, mas também faz parte de sua identidade cultural, conforme explica a dona de casa Maria Caldas, devota da santa e da qual afirma já ter alcançado muitas bênçãos. “Nossa Senhora é uma das heranças mais bonitas da nossa Capital, ela conta a nossa história, o passado de nossa cidade e é aqui que ela deve estar”, conclui.

A imagem estava aos cuidados da família do coronel Licínio Nunes de Melo, homem de posses e muito religioso, que recebeu a imagem do então arcebispo do Ceará, Dom Joaquim José Vieira, em 1857.

HISTÓRIA

A imagem de Nossa Senhora da Assunção chegou ao Ceará no século XVII, trazida pelo comandante português Álvaro de Azevedo Barreto, por ocasião da entrega do Forte Shoonenborch aos portugueses, antes sob domínio dos holandeses. Álvaro de Azevedo mudou o nome do Forte para Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e construiu uma capela no centro do pátio da edificação para receber a santa, onde ficou por quase um século. Foi a partir do Forte que, segundo historiadores, o povoado começou a se formar, sendo elevado à condição de vila em 13 de abril de 1726.

Em 1857, o Forte passou por uma reforma para ser transformado em Quartel Militar, e a imagem foi levada para a sacristia da matriz da cidade. Na ocasião, o coronel Licínio Nunes de Melo, administrador da Irmandade de São José e compadre de Dom Joaquim José Vieira, pediu ao arcebispo uma santa para a capela do Sítio Jurucutuoca e, entre as imagens ofertadas, escolheu a de Nossa Senhora da Assunção.

Após sua morte, os oito filhos herdaram a imagem. Temendo pela segurança da santa, o genro do coronel Lucínio, Francisco Lauro Ferreira de Araújo, retirou a imagem do sítio e a guardou em local sigiloso por 47 anos. Até que a família decidiu devolver a santa. Buscou uma autoridade que intermediasse a entrega – uma tarefa que durou 20 anos – até que a família entrou em contato com a deputada estadual Fernanda Pessoa (PR), que aceitou a missão de devolver a imagem à cidade.

“O nosso sentimento é de alegria, satisfação e dever cumprido, pois os verdadeiros donos da imagem são a cidade e os fortalezenses. Fizemos o nosso papel, durante esses anos, zelando por ela e agora a devolvemos”, conta seu Lauro, acrescentando que foi um momento muito aguardado pela família.

ESCOLHIDA

O retorno da imagem só foi possível em razão do empenho da deputada Fernanda Pessoa (PR). Católica e devota de Nossa Senhora da Assunção, de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e de Nossa Senhora do Carmo, ao tomar conhecimento do desejo da família Nunes de Melo e disposta a dar esse presente aos devotos de Fortaleza, que é a segunda capital mais católica do Brasil, a parlamentar buscou o apoio da 10ª Região Militar e da Arquidiocese de Fortaleza. Em 30 dias, conseguiu intermediar a volta da imagem ao seu local de origem.

Pelo feito, ela conta que se sente abençoada. Primeiro, por ter sido escolhida nessa intermediação, que resultou na volta da imagem ao local onde tudo começou, e, segundo, por fazer parte desse grande fato histórico para a Capital.

“Fui procurada por um amigo, o doutor Marcos Kubrusly, que me confiou a história da família Nunes de



Imagem durante a missa no sítio dos familiares do coronel Licínio Nunes de Melo

Melo e da imagem. Quando ouvi, fiquei profundamente impressionada. Logo depois, fui procurada pela dona Guiomar e pelo seu Lauro (filha e genro do coronel Licínio), que falaram comigo, por telefone, em nome de toda a família Nunes de Melo, e tive a certeza de que se tratava de um fato histórico e muito especial para todos nós”, explica.

A entrega da imagem foi oficializada no dia 14 de agosto, véspera do dia consagrado a Nossa Senhora da Assunção, em sessão solene no Plenário 13 de Maio, atendendo a requerimento da deputada Fernanda Pessoa. Na ocasião, a família do coronel Licínio foi homenageada com placas comemorativas.



Deputada Fernanda Pessoa (PR)

Com a palavra



Ao ver a imagem, tive a certeza que aquele momento se tratava de um milagre de Deus, e eu estava sendo abençoada por Nossa Senhora da Assunção. E várias coisas chamaram-me atenção: a delicadeza da escultura, a vivacidade dos traços e a originalidade da pintura

deputada **Fernanda Pessoa** (PR)



Sou devoto de Nossa Senhora, por isso considero importantíssimo esse retorno da padroeira de Fortaleza ao local que foi dedicado para recebê-la, que, além de ser um lugar de referência histórica para a cidade e para a igreja, será o seu santuário novamente e poderá ser reverenciado pela população de Fortaleza

deputado **Professor Teodoro** (PSD)



É com alegria, orgulho e satisfação que recebemos das mãos da família do coronel Licínio Nunes de Melo essa benção do retorno da imagem para a 10ª Região, que passa a ter a nossa responsabilidade de guarda”.

General Carlos Cesar Araújo Lima., comandante da 10ª Região

Em casa, mas ainda em local provisório

A imagem, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), está provisoriamente em exposição pública dentro do quartel da 10ª Região Militar, em ambiente localizado no túnel pelo qual a munição para os canhões era transportada. O local recebeu iluminação e climatização. “É com alegria, orgulho e satisfação que recebemos das mãos da família do coronel Licínio Nunes de Melo essa benção do retorno da imagem para a 10ª Região, que passa a ter a nossa responsabilidade de guarda. É o resgate de uma religiosidade antiga, responsável até pelo nome da própria fortaleza”, ressaltou o comandante da 10ª Região, general Carlos Cesar Araújo Lima.

O Forte, que fica na Av. Nepomuceno, no Centro, está aberto à visitação pública.



180 anos de História

Em quase dois séculos de existência, a Assembleia Legislativa do Ceará busca sempre o mesmo ideal: legislar em prol da população cearense. Hoje, mais do que nunca, a Casa do Povo, além das discussões sobre temas de interesse da sociedade, oferece uma gama de serviços que vai da formação educacional à promoção dos direitos do cidadão.



Inauguração do novo prédio da Assembleia, em 1977, com a presença do então presidente Ernesto Geisel (ao centro de óculos)

Casa do Povo, assim é denominada a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, que, neste ano completa seus 180 anos de história. Nascida em meio a um período histórico conturbado, em que os movimentos separatistas ganhavam força, os poderes da época foram obrigados a centralizar parte do poder no Estado, forma encontrada para pacificar as revoltas. Mas logo as assembleias de todo o País ganharam força, e assim começa a se consolidar a história dessa instituição que é palco da democracia cearense.

No ano de 1835, a primeira casa da Assembleia ficava localizada em frente à Catedral de Fortaleza, onde hoje a Praça da Sé

fica localizada. O segundo destino foi a Rua Floriano Peixoto, mais precisamente nos jardins da Praça do Ferreira. De lá, a Casa se instalou na Rua São Paulo, prédio que hoje deu lugar ao Museu do Ceará. Somente no ano de 1977 a AL chegou ao Bairro Dionísio Torres, onde está desde então.

A representação do povo, a fiscalização do poder executivo e a elaboração de leis em caráter estadual fazem parte do papel das assembleias, local de participação popular, discussão de temas sociais, que integra um total de 46 deputados nessa legislatura

Atualmente, 18 comissões temáticas compõem a estrutura da AL. Cada uma é dividida por um tema social e é composta entre

cinco e nove membros, com a presidência e vice-presidência e os demais participantes. Entre as atribuições, está a realização de audiências públicas com entidades da sociedade, convocação de secretarias do Estado, recebimento de reclamações, discussão do conteúdo de matérias e programas de obras.

Entre os serviços oferecidos pela Assembleia à sociedade, destaca-se o Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará (Malce), criado em 1997. Uma estrutura moderna faz o museu oferecer aos visitantes a oportunidade de conhecer a história do Poder Legislativo cearense. Contextos históricos, desde a criação da AL, passando pela abolição da escravidão, independência, guerras, ditadura, até os dias de hoje, são contados no local. Existem até gravações de temas debatidos durante a abolição da escravidão.

EDUCAÇÃO E DIREITOS

A Universidade do Parlamento Cearense (Unipace) é outro serviço integrado a Casa do Povo. Foi criada em 2007 com o objetivo de promover cursos de temática política e social para a formação e qualificação profissional dos servidores públicos e dos cidadãos. O projeto Alcance a Universidade integra a Unipace e visa dar um reforço aos estudantes de ensino médio que desejam ingressar nas universidades públicas. Segundo os dados do projeto, em dois anos de atividades, mais de 400 alunos já foram aprovados.

O Procon Assembleia funciona como um aliado ao cumprimento do direito do consumidor. Foi criado no ano de 2001, tendo sido o segundo órgão de defesa do consumidor nos legislativos do País. Com 13 anos de atividades, já realizou atendimentos e ampliou os serviços para as demais regiões do Estado, estando presente hoje nos municípios de Juazeiro, Crato, Quixadá e Viçosa.

O Espaço do Povo é outro serviço oferecido pela Assembleia à população cearense. Localizado na entrada da Casa, o espaço conta com uma área aconchegante para receber os visitantes, que podem acessar a internet para pesquisas e informações sobre o Poder Legislativo.

Através da Secretaria de Justiça e Cidadania, a Casa do Cidadão tem sede no prédio anexo da Assembleia e oferece serviços como a emissão de documentos – Registro Geral (identidade) e Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Outro serviço da Assembleia é a difusão da informação através do complexo de Comunicação Social. O objetivo é a propagação de informação aos cearenses sobre as atividades que estão sendo realizadas na Casa. Sete setores integram o complexo. A Rádio e TV Assembleia, pioneiras na transmissão de acompanhamento de atividades do Legislativo, a Assessoria e Comitê de Imprensa, o Jornal Assembleia, a Revista Plenário e a Agência de Notícias. O espaço não se restringe somente aos veículos da Casa e abre as portas aos demais setores da imprensa, com um espaço moderno para a participação dos canais dentro da AL.



Espaço do Povo: mais um equipamento voltado à população



Obras do Palácio Adauto Bezerra, atual sede da Assembleia



Foto do livro lançado pela Assembleia para marcar a data



Solenidade no plenário 13 de Maio

Jornalista por formação

A obrigatoriedade ou não do diploma de jornalista volta a ser discutida após aprovação das PECs que determinam a sua exigência para o exercício da profissão.

O jornalismo é o que podemos chamar de uma profissão cheia de charme. O fato de circular entre famosos, seja do mundo político, artístico ou empresarial – ainda que esteja apenas fazendo o seu trabalho –, provoca admiração e um ‘quê’ de interesse pela atividade de jornalista. Mas o que torna a profissão admirada é a sua interação com a sociedade, que acontece sob dois vieses: ao mesmo tempo em que o jornalista é o ‘fazedor de notícias’, ou seja, informa sobre o que acontece no mundo, no País, na cidade, no bairro e na rua, ele atua como um elo entre a sociedade, com os seus anseios e necessidades – que tem na mídia uma espécie de porta-voz –, e o Poder Público.

Com todos esses predicados, não

foi difícil a atribuição de Quarto Poder ao exercício do jornalismo. Talvez por isso até hoje provoque em torno de si tanta discussão, e uma delas diz respeito ao próprio curso de Jornalismo. Para muitos, não há necessidade de se passar quatro anos numa faculdade e receber o diploma. Basta saber escrever e se está apto a ser contratado por um veículo de comunicação. Para outros, a exemplo das muitas profissões, como médico, engenheiro ou advogado, o jornalismo exige uma formação e um diploma que a valide.

É em torno dessa discussão que, desde 2009, sindicatos e instituições representativas dos jornalistas, profissionais de imprensa e empresas de comunicação travam uma luta que, ao que pa-

rece, está com os dias contados. Isso porque, em agosto passado, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) aprovou as Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) 33/2009 e 385/2009, que determinam a exigência do diploma de jornalista para exercício da profissão.

Essas propostas foram criadas em resposta à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em junho de 2009, aprovou a revogação da exigência do diploma universitário para quem exerce a atividade de jornalista. Alegou o relator, ministro Gilmar Mendes, que a exigência do curso de nível superior de Jornalismo feria a liberdade de expressão, prevista na Constituição Federal.

Contradição?

Quatro anos depois de julgar inconstitucional o Decreto-Lei 972/69, que exigia a formação de nível superior específica em Jornalismo como requisito para o exercício profissional, o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) deu munição para os defensores da exigência do diploma. O edital de concurso do órgão, publicado em 11 de outubro de 2013, exigia como requisito para a função de analista judiciário - Comunicação Social - “diploma, devidamente registrado, de curso de nível superior de graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo”.

O fato reforçou o debate e deu um novo alento para os que defendem a formação específica, que ressaltaram a incoerência entre a decisão do STF e o seu certame. Para o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Celso Augusto Schröder,

a contradição “só reafirma o grande equívoco que cometeram. A atitude possibilita a ampliação do debate para que o erro seja corrigido”, defende.

APOIO

Além da Fenaj, dos sindicatos da categoria e dos estudantes de jornalismo, importantes setores da sociedade civil também saíram em defesa do diploma. No Congresso, uma expressiva maioria de senadores e deputados deu abertamente o seu aval à luta dos jornalistas.

Atualmente, o Congresso Nacional analisa duas Propostas de Emenda à Constituição. A primeira é a PEC 386/2009, de autoria do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), aprovada por comissão especial da Câmara dos Deputados, em julho de 2010. A segunda é a PEC 33/09, apresentada pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que já foi

aprovada pelo Conselho de Comunicação do Congresso. A matéria segue para votação na Câmara Federal.

“Com o avanço da proposta no Congresso, o debate ganhou a arena pública e o apoio da sociedade”, explica a presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará (Sindjorce), Samira de Castro, acrescentando que “nós temos muita esperança, porque a grande maioria da sociedade, dos senadores e deputados é a favor do diploma. Sem pressão não sai. As empresas patronais têm um grande interesse de manter a nossa profissão sob forte ataque ao diploma e também à questão da não aprovação do Conselho Federal de Jornalista, que quase todas as profissões têm. Então, essa é uma grande luta e os sindicatos estão trabalhando para pautar essa votação no Congresso”, afirma.

A favor ou contra?

A decisão do STF tem apoiadores até no próprio meio jornalístico. Enquanto os defensores do diploma afirmam que a regulamentação profissional e a formação crítica e ética do jornalista devem passar pela universidade, principalmente diante do excesso de informação circulando hoje, graças às novas tecnologias, o que tornaria mais do que nunca necessário a figura do jornalista para organizar e mediar essas informações, os contrários alegam que a atividade jornalística não deve ser monopólio de quem é diplomado, podendo ser realizada por quem não passou pela faculdade de Comunicação. A opinião baseia-se no argumento de que, na história do jornalismo brasileiro e mundial, muitos se destacaram e se destacam sem a formação específica na área.

É o que defende o jornalista e poeta Barros Alves, da revista “Gente de Ação” e assessor parlamentar na Assembleia Legislativa do Ceará. Para ele, o que existe no Brasil é “uma fome de ‘diplomismo’”. Entendo que se deve conhecer profundamente sobre aquilo que se escreve. Mas, as questões de técnica jornalística aprendem-se em curso de extensão, como ocorre nos países onde a educação é bem mais desenvolvida do que no Brasil. Fala-se muito em ética jornalística, mas quem disse que um diploma de jornalismo faz de alguém um bom caráter?”, questiona.

Apesar de não ter formação específica, a jornalista cearense e grande defensora do diploma, professora aposentada Adísia Sá, fundadora do primeiro curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará, explica que, no passado, era comum graduados em outras áreas contribuírem mais ativamente com os veículos de comunicação. Ao longo do tempo, no entanto, diz a jornalista, assim como em outras profissões, a atividade precisou ser regulamentada e desenvolver o

seu conhecimento específico.

“Foi com o decreto 972, que exige a qualificação profissional, que nós conseguimos essa grande conquista. No passado, não tínhamos uma regulamentação. Antes da criação dos cursos de Jornalismo, as pessoas eram jornalistas: Alcindo Guanabara foi um grande jornalista, Carlos Lacerda foi um grande jornalista, e ele não era formado, a professora Adísia Sá é uma boa jornalista. Mas, percebemos que as pessoas também tinham que ter uma qualificação de nível superior, ter uma formação na ética e na técnica profissional, o que, inclusive, evitou aventureiros e, mais do que isso, tivemos a punição legal”, ressalta.

SAIBA+

1969

Decreto-Lei 972 exige a formação de nível superior específica em Jornalismo como requisito para a atividade profissional.

2009

STF julga inconstitucional a exigência do diploma de jornalista para exercício da profissão.

2012

Senado Federal aprova PEC 33/09, que restitui a exigência do diploma de curso superior de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, para atividade da profissão.

2014

Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) aprova as PECs 33/2009 e 385/2009, que determinam a exigência do diploma de jornalista para exercício da profissão.



Fenaj faz campanha pela obrigatoriedade do diploma de jornalista

Antes da criação dos cursos de jornalismo, as pessoas eram jornalistas: Alcindo Guanabara foi um grande jornalista, Carlos Lacerda foi um grande jornalista, e ele não era formado, a professora Adísia Sá é uma boa jornalista. Mas percebemos que as pessoas também tinham que ter uma qualificação de nível superior, ter uma formação na ética e na técnica profissional que, inclusive, evitou aventureiros e, mais do que isso, tivemos a punição legal”

Adísia Sá, professora e jornalista fundadora do Curso de Jornalismo da UFC e defensora da obrigatoriedade do diploma.

PEC dos jornalistas

A Proposta de Emenda Constitucional 33/2009, conhecida como PEC dos Jornalistas, é uma iniciativa do senador sergipano Antônio Carlos Valadares. Ela visa incluir no texto da Constituição Federal o artigo 220-A, que estabelece que o exercício da profissão de jornalista seja “privativo do portador de diploma de curso superior de Comunicação Social, com habilitação

em Jornalismo, expedido por curso reconhecido pelo Ministério da Educação”. A proposta estabelece, entretanto, que os veículos de comunicação poderão contar com a atuação do colaborador, aquele não graduado, que atuará sem vínculos empregatícios com as empresas, bem como aquele que obteve registro profissional sem possuir diploma antes da edição da lei.

Com a palavra



Entendo que, para o exercício da profissão de jornalista, faz-se necessário o respectivo bacharelado, dada a importância da profissão. Ademais, é através do conhecimento científico que o profissional de imprensa poderá melhor desempenhar o seu ofício, ante a linha tênue que se estabelece entre a liberdade de imprensa e o direito de privacidade do cidadão

deputado Osmar Baquit (PSD)



Os grandes jornalistas de hoje, no passado eram, em sua maioria, advogados e, nem por isso, deixaram de exercer com brilhantismo a profissão de jornalista. Com a criação do curso de Jornalismo, acredito que deve prevalecer a formação, não pode ser apenas por vocação. Sou jornalista, registrado no Ministério do Trabalho, mas sou por vocação. Acredito que seja justo o fortalecimento o jornalismo através do curso de Comunicação

deputado Ely Aguiar (PSDC)

Beleza e degradação no “maior rio seco do mundo”

Um relato do percurso às margens do Jaguaribe, da sua nascente ao encontro com o oceano. No caminho, relíquias como a antiga Ponte de Iguatu, os centros históricos de Icó e Aracati e os sítios arqueológicos de Tauá e ainda grandes açudes, balneários, a mata à sua volta e praias paradisíacas. Mas vimos também degradação e sinais de que o maior rio do Ceará pede socorro.

Texto: **Camilo Veras** | Fotos: **Júnior Pio**

O Rio das Onças (Jaguaribe, no idioma dos índios Tupi) já nem merece o apelido de “maior rio seco do mundo”, como era chamado no tempo de grandes secas, que o transformavam num caminho de areia e pedras. Afinal, o rio está perenizado desde a década de 1960 e, mesmo após quatro anos de estiagem, ainda corre – pelo menos no trecho entre o açude Orós, na cidade do mesmo nome, e o encontro com o mar, entre Aracati e Fortim.

Depois de tanto tempo sem chuvas, o Jaguaribe já não tem a imponência da época de grandes enchentes, quando invadia a caatinga e as cidades, carregando para o oceano as águas dos Inhamuns, do

Sertão Central e das chapadas do Apodi e do Araripe. Mesmo assim, continua fundamental, não apenas para a agricultura e a pecuária e as cidades à sua volta, mas também para abastecer grande parte da população do Ceará.

O maior rio do Estado corre cerca de 630 quilômetros, da divisa com o Piauí e Pernambuco até o mar, próximo ao Rio Grande do Norte, e atravessa 21 cidades. Sua bacia envolve pequena parte de Pernambuco e metade do Ceará (81 municípios), onde guarda 50% dos seus recursos hídricos. Para efeitos geográficos e para facilitar sua gestão, é dividido em três sub-bacias.

ALTO DO JAGUARIBE

Próximo à nascente, no alto da Serra da Joanhina, em Tauá, os efeitos da seca são visíveis. Há água, mas o rio já não oferece o espetáculo natural de um pequeno lago cercado pela mata. Na saída da cidade, na ponte sobre o Rio Trici, que, junto aos rios Favelas e Carrapateiras, deságua no Jaguaribe, ainda nos seus primeiros quilômetros, veem-se apenas poças d'água e muito lixo.

Descendo o rio, numa das entradas de Iguatu, a maior cidade do Vale do Jaguaribe, com cerca de 100 mil habitantes, uma antiga ponte ferroviária cruza um dos seus braços. Sob ela, um pequeno filete de água, onde a degradação é visível. Às margens, montes de lixo e canos que parecem trazer esgoto ou água usada.

Em Orós, o açude solta água para o Jaguaribe por uma passagem escavada entre rochas, onde há muitas lavadeiras. “O Rio (como chamam, com carinho e intimidade, os que vivem às suas margens) precisa de limpeza. Tem muito lixo aqui”, diz a dona de casa Francisca Bandeira. Na barragem, crianças tomam banho e, às margens, barracas, um restaurante flutuante e barcos de passeio formam um balneário, ainda vazio numa manhã de quarta-feira.

MÉDIO JAGUARIBE

No escritório do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), o encarregado Antônio Domingos nos informa que “o Orós não sangra há três anos, mas ainda tem 58% da sua capacidade de armazenamento (1,94 bilhão de metros cúbicos)”. No alto da parede do açude, onde começa a bacia do Médio Jaguaribe, um mirante permite uma visão panorâmica do açude, com suas ilhas e praias, e da cidade, que se espalha numa pequena serra.

Perto de Icó, o Rio das Onças recebe o Salgado, um dos seus principais afluentes, que traz águas do Cariri. Em Jaguaribara, o Castanhão, maior açude do Estado, tem apenas 34% da sua capacidade, mas ainda



O velho Jaguaribe chega ao seu destino final no encontro com o oceano

encanta visitantes com os 2,1 bilhões de metros cúbicos de água que restam.

O efeito da seca é visível nas margens, nas novas ilhas e na antiga cidade, inundada pela barragem, onde algumas construções voltam a aparecer. A indústria pesqueira, base da economia local, também tem sido bastante afetada, “Antes, a gente trazia três, quatro baldes cheios de peixes a cada viagem, hoje nem enche um”, diz o pescador Luciano Amado.

As comportas estão fechadas, mas o Castanhão ainda libera água para o leito do Rio e para o Eixão da Águas, que garante o abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza e do Complexo Industrial do Porto do Pecém. Na saída de Jaguaribara, sob uma ponte, há um balneário, que nos feriados e fins de semana atrai visitantes de cidades vizinhas e até de outros estados.

BAIXO JAGUARIBE

Seguindo para o norte, logo depois o Jaguaribe corta a BR 116, sob a Ponte do Peixe Gordo, no município de Tabuleiro

do Norte, que marca o início do Baixo Jaguaribe. A altura da ponte e a largura do leito, que nas cheias se espalha por mais de 500 metros, impressionam, mas embaixo o rio corre estreito, apenas com as águas do Castanhão.

Em Limoeiro do Norte, o encontro do rio Banabuiu com o Jaguaribe divide a cidade em pequenas ilhas, onde a degradação ambiental preocupa. Conforme a secretária de Desenvolvimento Ambiental do município, Iolanda Castro, “obras de saneamento estão sendo feitas, mas boa parte do esgoto da cidade ainda vai para o leito do rio”.

Iolanda Castro, que também coordena a ONG SOS Jaguaribe, diz que há ações de limpeza das margens, mas o mercado público e um abatedouro ainda funcionam junto ao rio. “As prefeituras precisam se unir para reivindicar ao Estado e ao Governo Federal ações de recuperação do rio”, ressalta.

No distrito de Flores, em Russas, o Jaguaribe é cortado por uma passagem molhada, que permite a travessia du-

rante a seca. Quando o rio enche divide a comunidade, obrigada a usar barcos e balsas. Na CE 356, que liga Russas a Mosoró, no Rio Grande do Norte, a ponte da Ilhota, com quase 30 metros de altura e 400 de comprimento, mostra o tamanho do rio, que nas cheias cobre as barracas do balneário e invade plantações à sua volta.

Em Jaguaruana, onde há outros balneários no leito do rio, o ambientalista Afro Negrão, que preside o Memorial da Carnaúba, destaca a importância da preservação da mata ciliar. “A derrubada ilegal de carnaúbas para plantação de outras culturas prejudica a fauna local e ameaça animais como macacos, veados e várias espécies de pássaros”, denuncia.

Em Itaiçaba, o Jaguaribe recebe o Rio Palhano e libera água para o Canal do Trabalhador, que nos anos 90 evitou o colapso no abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza. Ali perto, uma passagem molhada forma uma pequena barragem, onde há um balneário, ótimo lugar para banho. Daí em diante o rio se alarga cada vez mais, já sob a influência do mar..



Energia Eólica às margens do Rio

Com a palavra



Há um avanço da degradação da mata ciliar do Jaguaribe. Os sinais de destruição são visíveis. Barreiras estão sem proteção, a cada cheia há perda de terreno e em alguns pontos o curso do rio foi modificado. Ambientalistas mostram que o Jaguaribe recebe esgoto de dezenas de cidades. Precisamos reverter isso, porque há milhares de pessoas que vivem da produção agrícola e pecuária, cuja fonte é o rio, e sua preservação é vital
deputado Augustinho Moreira (PV)



A primeira ação necessária para salvar o Rio Jaguaribe é a recuperação da mata ciliar, para evitar o assoreamento. Depois, temos que ampliar as redes de saneamento, que hoje só existem em algumas cidades do Vale. É preciso também criar áreas de preservação ambiental ao longo do leito do Jaguaribe e da sua bacia hidrográfica
deputado Professor Pinheiro (PT)

O encontro com oceano

Na entrada de Aracati, na BR 304, outra grande ponte, de 466 metros, atravessa o Jaguaribe. Sobre o dique, que protege a cidade das enchentes, está sendo construído o Complexo Turístico e Paisagístico do Rio Jaguaribe. No local há um pequeno porto, onde barcos pesqueiros completam a bela paisagem do manguezal, do outro lado rio.

Na margem esquerda, a cidade de Fortim está à beira do Rio. Mais à frente, chegamos à praia do Canto da Barra. Um pequeno pedaço de areia, separado por poucos metros de mangue do local onde o Jaguaribe se funde com o oceano. Um visual deslumbrante do Rio, que, nesse ponto, tem quase um quilômetro de largura, e das dunas, cheias de turbinas de energia eólica do outro lado. “Sou de Fortaleza. Vim aqui há quatro anos e nunca mais voltei”, resume o aposentado Auri Peixoto.



Uma história de secas e cheias



A história do Jaguaribe se confunde com a própria origem do Ceará. Historiadores defendem que, em fevereiro de 1500, antes de Cabral, o espanhol Vicente Pinzón esteve na sua foz. O rio foi caminho também de cearenses pré-históricos, como mostram artefatos encontrados em sítios arqueológicos e paleontológicos em Tauá e ao longo de todo o Vale.

No seu “Tratado descritivo do Brasil”, de 1587, Gabriel Soares de Sousa registra que “nesta boca do Jagoarive está uma enseada onde navios de todo porte podem ancorar”. Em 1603, portugueses ergueram, junto ao Rio, o Fortim de São Lourenço, que deu origem ao vilarejo de São José do Porto dos Barcos do Jaguaribe, que hoje se chama Aracati.

Ao longo do Rio surgiram outras das primeiras cidades cearenses. Em 1683, no encontro do rio Salgado com o Jaguaribe, surgiu o Arraial Novo dos Icó, hoje apenas Icó, um dos principais pontos econômicos do Ceará colonial.

Em 1690, foi erguido o Forte Real de São Francisco Xavier da Ribeira do Jaguaribe e, no seu entorno, a Vila de São Bernardo de Russas.

PROMESSAS

Secas são registradas no Ceará desde o século XVII. A de 1877-79, uma das piores, gerou migração em massa. Relatos da época dizem que Fortaleza, que tinha 21 mil habitantes, recebeu 100 mil pessoas. Outras 120 mil foram para a Amazônia, onde o Ciclo da Borracha oferecia oportunidades. Além da fome, epidemias de varíola e tifo fizeram muitas vítimas. “A peste e a fome matam mais de 400 por dia”, registrou o historiador Rodolfo Teóphilo na ocasião.

É dessa época a frase histórica do imperador Dom Pedro II “Não restará uma única joia na Coroa, mas nenhum nordestino morrerá de fome” e também os primeiros projetos de construção de barragens e da canalização das águas do São Francisco para o Jaguaribe, hoje cha-

O JAGUARIBE EM NÚMEROS

630 Km
é o tamanho do rio.

51,9%
do território cearense estão na Bacia do Jaguaribe.

21
municípios são cortados pelo Rio.

mada de transposição.

Mas as secas e as mortes continuaram. A de 1915 foi registrada no livro “O Quinze”, de Rachel de Queiroz, que destaca os campos de concentração, que abrigavam flagelados. Outra grande estiagem, entre 1979 e 1983, foi marcada pela cobertura massiva da imprensa e pelas frentes de trabalho. Desde 2011 vivemos outra seca, que já é considerada a maior dos últimos 50 anos.

INUNDAÇÕES

Curiosamente, os açudes que perenizaram o Jaguaribe foram também a causa de grandes cheias. Na madrugada de 25 de março de 1960, após uma forte chuva, parte da barragem do Orós, ainda em obras, rompeu e inundou várias cidades. O alarme foi dado pelas radiadoras e por panfle-



Com a palavra



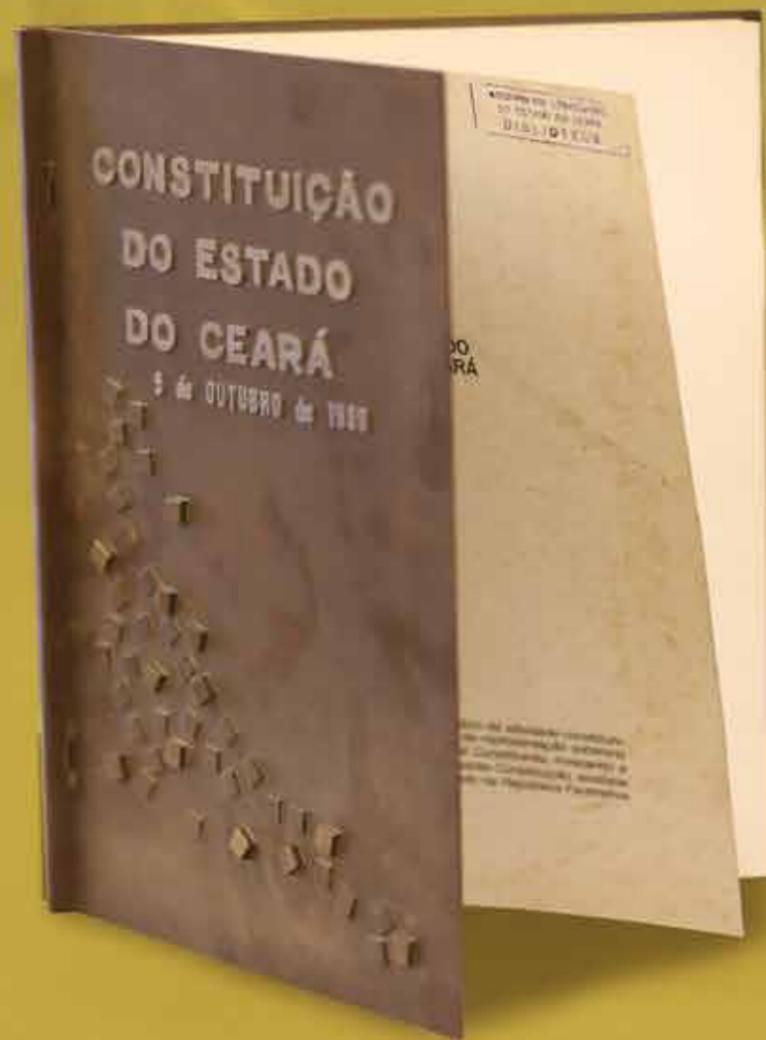
O Rio Jaguaribe está contaminado, da nascente até o açude Orós, por causa do derramamento de esgoto em toda a região. O mais importante é perenizar o rio e tratar a água. A população vive da agricultura e pecuária e depende do rio, por isso a preservação é fundamental. Autoridades deveriam investir em projetos de irrigação e educação ambiental
deputada Mirian Sobreira (PROS)



É preciso iniciar um trabalho preventivo e ações para recuperação e preservação do Rio Jaguaribe. Hoje há um grande problema de assoreamento no Jaguaribe e nos seus afluentes, como o Trici. É preciso conservar o leito e as margens do rio, para que a sua água possa ser usada na agricultura e na pecuária
deputado Idemar Citó (DEM)

25 ANOS DA CARTA DA DEMOCRACIA

Apesar da crise econômica, com uma inflação de 1764%, o Brasil ainda comemorava a volta da democracia. Pela primeira vez em três décadas havia eleição direta para presidente, disputada por 22 candidatos. Nesse clima, no dia 5 de outubro de 1989, autoridades e cidadãos lotaram o Plenário 13 de Maio e suas galerias para assistir à promulgação da Constituição do Estado do Ceará.



A nova Carta, hoje uma jovem de 25 anos, adequava o Ceará ao País, que, um ano antes, promulgara a sua Constituição Cidadã, definindo as regras da democracia, que voltara ao País após 21 anos de ditadura militar. “A Estadual acompanhou inovações trazidas pela Constituição Federal, dando atenção à defesa dos direitos e garantias fundamentais” analisou o advogado Walmir Pontes Filho, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Para o então presidente da Assembleia Estadual Constituinte, deputado Antônio Câmara, “o texto constitucional cearense confirma a ênfase para a participação popular, permitindo que possa o cidadão dirigir-se à Assembleia para propor projetos de lei”. Em declaração à imprensa, na época, Câmara afirmava: “a nova Carta deixa avanços expressivos na superação de atrasos sociais, culturais, econômicos e políticos acumulados pelo Ceará”.

Parlamentares, constitucionalistas e cidadãos destacaram outros avanços na Constituição de 1989, entre eles, os capítulos voltados para o Meio Ambiente, Educação e Política Agrária, a definição de critérios para a descentralização do Poder Judiciário e a ampliação de prerrogativas do Legislativo reduzidas no regime militar, como o direito de participar da elaboração do orçamento estadual.

O então deputado constituinte Paulo Quezado destacou a ampliação do papel na fiscalização e a mudança no critério para a derrubada de vetos do governador. “Antes era preciso o voto de 2/3 dos parlamentares, agora o veto pode cair com a metade dos votos. Não é o que nós, como integrantes do bloco progressista, desejávamos, mas a Carta traz garantias mais efetivas dos direitos do cidadão”, afirmou Quezado, também em declaração à imprensa.

CRÍTICAS E EMENDAS

Mas a Carta de 1989 também recebeu críticas de vários setores logo ao ser apresentada à sociedade. O então governador Tasso Jereissati e diretores da Associação de Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece) afirmaram que “alguns pontos

da Constituição poderiam deixar o Estado ingovernável”. As críticas, aliás, partiram até de alguns dos parlamentares que atuaram na elaboração do texto.

Um desses parlamentares foi o atual deputado federal Edson Silva (PROS), que também participou da atualização constitucional, em 2009, quando definiu a Carta como “um código de frase de efeito”. Ele ressaltou sua frustração por não ter conseguido aprovar sua principal bandeira, “o repasse de 2% ou 1% da arrecadação estadual para a educação profissionalizante”.

Elogios e críticas à parte, ao longo desses 25 anos, a Carta de 1989 tem sido aperfeiçoada pelo Parlamento, com a participação da sociedade, para se adequar às mudanças de costumes, na tecnologia e na própria população. Afinal, como diz Walmir Pontes Filho: “a boa lei é aquela que, constantemente aprimorada, se mantém legítima e adequada às atuais e justas aspirações populares”.

Por conta disso, a Constituição Estadual já recebeu 80 emendas, que alteraram e aperfeiçoaram seu conteúdo original. Entre 2007 e 2009, quando completou 20 anos, a Carta Magna passou por um processo de atualização, que envolveu, além dos parlamentares, os poderes Judiciário e Executivo e a sociedade civil e contou com consultoria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE) e de vários juristas.

“O trabalho de atualização da Carta Cearense resultou na edição, pelo Legislativo, da Emenda Constitucional nº 65/2009, que deu uma feição mais moderna e democrática à Lei Maior”, diz o presidente da Assembleia, deputado Zezinho Albuquerque (PROS).

Entre as mudanças, foram ampliados os mecanismos de participação da sociedade, que agora, além de projetos de lei, podem também apresentar projetos de emenda constitucional (PECs). Outras novidades foram a criação da Região Metropolitana do Cariri, a definição da autonomia da Defensoria Pública, a regulamentação do número de vereadores em cada município e a garantia de que censura à opção sexual seja considerada discriminação

A Constituição Estadual de 1921 proibiu a reeleição, definiu a criação de leis orgânicas municipais e limitou os gastos com salários de servidores públicos em 40% da receita do Estado, antecipando em 70 anos a atual Lei de Responsabilidade Fiscal.



Os constituintes de 1989

A Assembleia Estadual Constituinte foi instalada no dia 18 de outubro de 1988, apenas 13 dias após a promulgação da Carta Federal, que previa, em suas disposições transitórias, que as assembleias legislativas, com poderes constituintes, deveriam elaborar, em um ano, as constituições estaduais.

A Constituinte, presidida pelo deputado Antônio Câmara, teve uma das bancadas mais representativas da história do Parlamento Cearense, com a participação de 10 partidos. Dela saíram dois governadores do Estado, Ciro Gomes e Francisco Aguiar, e nove presidentes da Assembleia: Antônio dos Santos, Antônio Câmara, Pinheiro Landim, Júlio Rêgo, Francisco Aguiar, Moésio Loiola, Luiz Pontes, Teodorico Menezes e Marcos Cals.

O deputado Manoel Duca (PROS), que em 1989 era estreado no Legislativo, é hoje o único constituinte que ainda está na Assembleia. “Era o meu primeiro mandato como deputado e aquele foi um pe-

ríodo muito intensivo. O trabalho de elaboração da Carta Estadual, que deveria se adequar à Constituição Federal de 1988, foi muito rápido”, lembra Duca.

Outros dois constituintes, embora não sejam mais parlamentares, ainda participam do dia a dia da Assembleia. Um deles é o radialista e ex-deputado Narcélio Limaverde, que apresenta um programa diário na FM Assembleia (96,7 MHz). “Não tínhamos a transparência nem os meios de comunicação de que a Casa dispõe hoje, mas, mesmo assim, a Constituinte teve grande participação da sociedade”, lembra Narcélio.

O outro é o ex-deputado Ilário Marques, que hoje preside o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp). “Aquele foi um período marcado por muitas ideias e rico em debates. A Constituição era moderna, mas muita coisa não foi regulamentada, e os mecanismos de participação social são pouco utilizados”, diz Ilário.

Uma história e nove constituições

Enquanto o Brasil, em seus 192 anos de independência, teve sete constituições, o Ceará, que se tornou um Estado da Federação em 1889, com a proclamação da República, já contabiliza nove. Mudanças de governo, alternância de oligarquias no poder local ou nacional, tudo pedia uma nova Carta Magna.

A primeira delas foi promulgada em junho de 1891 e teve entre seus constituintes o jurista Clóvis Beviláqua. A Carta legitimava o golpe republicano, que depôs o imperador, e trouxe avanços, como a exigência de concurso para contratação de servidores e a previsão de ensino gratuito. E ainda um estranho sistema bicameral, com a criação do Senado Estadual.

Mas isso durou apenas um ano e 26 dias. Com a renúncia do presidente Deodoro da Fonseca, caíram também o governo e a Carta Estadual. Em julho de 1892, foi promulgada a segunda Constituição cearense, que extinguiu o Senado Estadual e proibia a reeleição do governador, o que foi alterado em 1905, numa emenda que favorecia a oligarquia da família Accioly.

RESPONSABILIDADE FISCAL

Em 1921, depois de disputas armadas e da queda dos Accioly, o Ceará ganhou uma nova Constituição. Além de proibir a reeleição, o texto trouxe novidades ao definir a criação de leis orgânicas municipais e limitar os gastos com salários de servidores públicos em 40% da receita do Estado, o que antecipou em 70 anos a atual Lei de Responsabilidade Fiscal.

A turbulência da política nacional e as diversas rebeliões militares nos anos 20 fizeram com que essa Carta também tivesse vida curta. Em 1925, o Ceará ganhou outra Constituição, que trazia como principal inovação a instituição do voto secreto, que só viraria uma norma nacional na década seguinte.

Após o fechamento do Congresso e das

assembleias pela Revolução de 1930, só em 1934 foram eleitos novos deputados, e, no ano seguinte, o Ceará ganhou sua quinta Constituição. A Carta trazia novidades como a criação de comissões parlamentares de inquérito, a definição da aplicação de 20% da receita estadual em educação e destaques para a proteção da família.

Mas essa também teve pouca duração e, em 1937, com o golpe que criou o Estado Novo, mais uma vez as casas legislativas foram fechadas. Em 1945, o interventor federal Menezes Pimentel outorgou uma Carta Estadual, que contrariava o próprio Estado Novo, que o indicara para o cargo, e, curiosamente, antevia o seu fim ao prever eleições diretas.

NOVAS ALTERAÇÕES

Com a volta à democracia, em 1947, o Ceará ganhou sua nova Carta, que acompanhava o caráter progressista da Constituição Federal de 1946. Entre outros avanços, ampliava direitos sociais e a autonomia dos municípios e determinava a prestação de contas dos gestores públicos.

Em 1964, o golpe militar, mais uma vez, suspendeu a democracia e, três anos depois, novas cartas foram impostas ao País e aos estados. Referendada por um Parlamento com poderes limitados, em que o general presidente podia cassar o mandato de deputado ou até fechar a Casa Legislativa, a oitava Constituição cearense não previa instrumentos de participação social nem definia a educação como dever do Estado.

No início de 1985, nos últimos dias da ditadura militar, quando a Assembleia do Ceará aprovou emenda que alterava 24 dos seus artigos, o então presidente da Casa, deputado Aquiles Peres Mota, definiu essa carta: “Em respeito aos familiares dos deputados que se sujeitaram ao arbítrio, deixo de comentar o papel que chamam de Constituição Estadual de 1967. Melhor seria que o instrumento de prepotência fosse esquecido para sempre”.

Com a palavra



A Constituição de 1988 foi um marco legal do estado de direito. Um ano após, a Assembleia aprovou a Constituição Estadual, que contemplava os ideais democráticos, dando atenção à defesa dos direitos e garantias fundamentais, violadas pelo período ditatorial. A partir dela, fica determinado que o estado democrático de direito deve corresponder à vontade do povo – presidente da Assembleia.

deputado Zezinho Albuquerque (PROS)



O trabalho de elaboração da Carta Estadual de 1989, que deveria se adequar à Constituição Federal de 1988, foi muito rápido, durou cerca de 11 meses. Aquele foi um período muito intensivo. O texto constitucional trouxe muitos avanços, mas mesmo assim precisa ser atualizado.

deputado Manoel Duca (PROS)

O relevante cuidado com os especiais

Mais do que desenvolver a leitura e a escrita, há mais de 40 anos a APAE ensina que os portadores necessidades especiais possuem um papel importante na sociedade, capazes de interagir além do seio familiar.

Texto: **Dídio Lopes** | Fotos: **Júnior Pio**

"Hoje eu vou contar a história do garoto e o motorista..." E assim começa o dia da professora Maria da Silva Lima. É através de histórias de faz de conta, relatando o dia a dia dos alunos a caminho da instituição, uma realidade vivida por muitos que frequentam a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que a professora traz para a sala de aula situações cotidianas, que facilitam no desenvolvimento dos estudantes.

A brinquedoteca, ambiente de trabalho de Maria da Silva, atende crianças de quatro a 14 anos. Transformar sua sala de aula em um verdadeiro mundo da fantasia é um desafio diário para essa profissional. "A partir do momento em que a criança coloca o pé na sala de aula, um mundo surreal e repleto de fantasias passa a existir. São histórias fantasiadas dos fatos cotidianos de cada um deles, porém, de uma maneira mais lúdica e de vários aprendizados", comentou.

Para ela, todo dia aprende-se algo novo. Atualmente, ela está trabalhando com o aluno Artur Jataí, que, além das necessidades especiais, também possui características de autismo. "É mais uma experiência nova em minha profissão, pois tive que pesquisar e me informar para saber sobre como trabalhar nesse caso. Mais um desafio a ser enfrentado", disse.

Realizada profissionalmente, Maria da Silva se especializou no trabalho com alunos especiais. Mas nem sempre foi assim. No início da carreira, ela duvidou se estaria capacitada para exercer tal tarefa. "Tudo foi novo para mim. Então, resolvi adaptar o que estava fazendo para a minha nova realidade. Hoje me considero realizada no que faço", declarou.

A APAE de Fortaleza possui atualmente 404 alunos, entre bebês e pessoas com até 60 anos. Para ingressar na instituição, a criança passa por avaliação pe-



A partir do momento em que a criança coloca o pé na sala de aula, um mundo surreal e repleto de fantasias passa a existir. São histórias fantasiadas dos fatos cotidianos de cada um deles, porém, de uma maneira mais lúdica e de vários aprendizados"

Maria da Silva Lima, professora da APAE

dagógica, psicológica, sociológica e clínica. Após o seu ingresso, entre meses de idade e três anos e 11 meses, as crianças recebem atendimento com terapeutas, pediatras e fonoaudiólogos.

A partir de um acompanhamento médico e psicológico, ao serem consideradas aptas ao ingresso no ensino, as crianças

acima dos quatro anos são encaminhadas para as escolas regulares. Assim, enquanto em um turno vão para a aula comum, no outro turno elas recebem atendimento multidisciplinar na associação.

De acordo com a presidente da APAE Fortaleza, Lúcia Barbosa, a escola regular ainda não está preparada para receber os alunos com necessidades especiais, por isso "os pais têm medo de seus filhos serem discriminados", diz. Segundo a presidente, os professores ainda são inexperientes e não sabem como trabalhar com os alunos especiais em sala, pois é uma metodologia totalmente diferente.

Ao chegar aos 17 anos, os alunos que possuem um bom desempenho na linguagem cognitiva recebem um treinamento profissional, visando à inserção no mercado de trabalho, através das empresas públicas e privadas parceiras da instituição. Os que não conseguem trabalho e têm mais de 35 anos são encaminhados ao Centro Ocupacional Nova Casa.



ATIVIDADES

Aluno da APAE desde criança, Mikael Nascimento Pereira, 18 anos, tem uma manhã bastante movimentada. Faz educação física, aulas de informática, pinturas, desenhos, oficinas de arte e joga bola. Ele revela que sua atividade favorita é desenhar para sua mãe. “Adoro desenhar uma flor para minha mãe”, conta.

Mais que um ambiente de aprendizados, para Ana Paula Nascimento de Oliveira, mãe de Mikael e voluntária, a instituição é a sua segunda casa. Ela chegou ao local quando seu filho tinha apenas seis meses de vida. “A confiança que os profissionais da APAE nos fornecem é fundamental para aprendermos que nossos filhos, dentro das suas limitações, são pessoas normais”, falou.

Quando não está na instituição, Mikael gosta de assistir televisão. Fã do comandante Hamilton, da Rede Record, ele admira a coragem que o seu ídolo tem ao sobrevoar a cidade de São Paulo. “Eu tenho medo de altura. Jamais faria o que o comandante Hamilton faz”, disse.

Já Ana Paula nos revela que o seu maior medo é perder o Mikael para alguma namorada. “Para mim, ele será uma eterna criança e sempre vai precisar dos meus cuidados. Pode acontecer de ele se interessar por alguém, mas eu não sei como será minha reação”, desabafou.



Preconceito e discriminação

Entre as dificuldades enfrentadas pelos portadores de necessidades especiais, o preconceito e a discriminação tornam a situação ainda mais difícil para o processo de inclusão. O vigilante Valmir Pereira da Silva e a professora Maria Socorro Moreno de Lima comentam que, no começo, sentiam vergonha de entrar nos lugares com seu filho. Hoje eles já encaram com naturalidade os olhares atravessados.

“As pessoas ainda estão muito desinformadas em relação aos portadores de necessidades especiais. A partir do momento em que houver mais informação a respeito, menos precon-

ceito e discriminação existirão”, afirma Maria Socorro.

Para a assistente social da APAE, Inez de Almeida, o trabalho de conscientização deve ser constante, pois o preconceito sempre vai existir. “De alguns anos para cá tem melhorado bastante, talvez por conta das campanhas em televisão, mas a conscientização ainda é muito precária e, dificilmente, tiraremos o preconceito de uma sociedade na qual a falta de informação prevalece e os pensamentos negativos sobre os especiais já estão enraizados em algumas pessoas”, alertou.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) oferece aos alunos:

- Educação e Estimulação Precoce – de 0 a 3 anos e 9 meses;
- Atendimento Educacional Especializado (AEE) – de 4 a 17 anos;
- Oficinas Protegidas Terapêuticas (OPT) – a partir de 17 anos;
- Centro Ocupacional Nova Casa – a partir de 30 anos;
- Núcleo de Treinamento Profissional (NTP) – iniciação, qualificação e inserção no mercado de trabalho;
- Educação Artística (dança, música e teatro);
- Informática Educativa;
- Esporte e Lazer.

Com a palavra



Essas instituições cumprem um papel importante, de forma complementar, junto ao Poder Público, às escolas e às empresas, cada qual com sua responsabilidade social. As escolas especiais são necessárias, porém, não podem ser a única opção para nossos jovens com alguma deficiência

deputado José Sarto (PROS)



O primeiro passo para promover uma inclusão social é abrir mão de ideias preconcebidas e adotar a inclusão como regra número um da convivência social. O preconceito não cabe nas nossas vidas e a falta de informação que, na maioria das vezes, leva à exclusão, também não pode mais existir na sociedade

deputado Camilo Santana (PT)

De acordo com a presidente da APAE Fortaleza, Lúcia Barbosa, a escola regular ainda não está preparada para receber os alunos com necessidades especiais, por isso “os pais têm medo de seus filhos serem discriminados”, diz. metodologia totalmente diferente.



SERVIÇO

A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) está localizada na Av. Rogaciano Leite, 2001, Luciano Cavalcante, Fortaleza. Tel: 4012-1441

A constituição da WEB

Em vigor desde junho passado, o Marco Civil da Internet está sendo considerado uma referência em todo o mundo para as legislações que tratam da rede mundial de computadores. Chamada de Constituição da Web, a lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para internautas e empresas provedoras.

O número de usuários da internet vem aumentando aceleradamente no mundo inteiro, e os brasileiros figuram entre os mais conectados do planeta. A rede mundial de computadores, não resta dúvida, transformou a vida das pessoas. Hoje, basta estar conectado para ter notícias em tempo real, fazer compras ou vendas, encontrar ou papear com amigos e amores, 'viajar' pelos mais longínquos rincões da terra, entre uma infinidade de serviços que a internet oferece.

Mas, também no mundo virtual, o perigo mora ao lado. Os famosos hackers – programadores que invadem os computadores alheios – podem transformar a vida de qualquer usuário da web, seja pessoa física, instituições pú-

blicas ou privadas e empresas, em um inferno. Além disso, pessoas mal intencionadas têm usado a Internet para prejudicar seus desafetos; sem contar a espionagem entre países.

Por essas e outras, o mundo virtual, com todas as benesses que oferece, pode ser visto como uma armadilha perigosa. Por isso, o Brasil, numa ação inédita, decidiu criar regras visando estabelecer princípios e garantias à privacidade do uso da rede no País e instituiu a Lei 12.965/2014, conhecida como Marco Civil da Internet, sancionada em 24 de abril deste ano, passando a vigorar desde junho último.

O texto, considerado a Constituição da Web, foi elaborado a partir de consulta popular, que reuniu mais de

duas mil sugestões. Traz um conjunto de regras destinadas aos usuários, provedores de acesso e demais prestadores de serviços baseados na web. Ele está fundamentado em três pilares: neutralidade da web, proteção à privacidade dos usuários e garantia de livre expressão dos internautas.

NEUTRALIDADE DA REDE

O princípio da neutralidade da rede foi a questão que mais causou tensão e discussão, sobretudo no Congresso Nacional. A temática garante que os usuários da internet possam usufruir de todos os dados ofertados pela conexão. Os provedores não podem, por exemplo, vender um pacote que permita o acesso somente a e-mails e sites de no-



Sessão do Congresso, em Brasília, para discussão do Marco Civil da Internet

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam que, no Brasil, de 2001 a 2011, mais de 50 mil mulheres foram assassinadas, o que equivalente a cerca 5.000 mortes por ano.

tícias. Eles só poderão vender pacotes diferenciados por velocidade, mas não podem dificultar a navegação nos sites. Assim, ao contratar um plano de internet, o cliente paga somente pela velo-

cidade contratada, e não pelo tipo de página que vai acessar.

Renato Torres, presidente da Comissão de Informática da OAB-Ce (Ordem dos Advogados do Brasil), reforça que “os provedores de conexão não poderão discriminar, nem vender pacotes diferenciados para determinados acessos”. Mas o advogado completa que “existem também exceções para esses casos. O cliente pode contratar um serviço adicional diretamente com o provedor”.

PROTEÇÃO À PRIVACIDADE

O texto proíbe o acesso de terceiros a dados e correspondências ou comunicação pela rede. O item virou prioridade depois das denúncias de espionagem promovida pelo governo

americano tendo como alvo diversos países, inclusive o Brasil.

Agora, as conversas de bate-papo e mensagens armazenadas na conta de e-mail, por exemplo, só poderão ser lidas pelos destinatários e receptores. A lei assegura ainda a proteção dos dados pessoais e registros de conexão, que só poderão ser acessados mediante ordem judicial.

A coordenadora de Planejamento e Tecnologia em Informática da Assembleia, Luana Ponte, lembra que, com a nova lei, os provedores serão obrigados a manter os dados de navegação na internet sob sigilo e em ambiente seguro por um ano. “Já os registros de acesso a aplicações devem ser mantidos apenas por seis meses”, afirma.



CONECTADOS

Uma pesquisa de mercado aponta que, este ano, o Brasil registrará 107,7 milhões de internautas, um crescimento de 8,6% em relação a 2013. Desse total, 53% estão concentrados no Sudeste e 17%, no Sul. O Nordeste vem em terceiro lugar, com 16%.

Com a palavra



O Marco da Internet veio para ficar. Poucos países têm uma regulamentação tão séria e que poderá se tornar muito eficaz. O grande problema é que a maioria dos provedores está instalada na Europa, América do Norte e Ásia. Não podemos controlar e punir alguns abusos nesses casos. Porém, há um movimento para que a fiscalização e as punições sejam universais, o que resolveria alguns casos de abusos, principalmente contra a privacidade das pessoas. O Marco imposto no Brasil é saudável e o primeiro passo para que possamos nos tornar um país civilizado em relação ao respeito ao próximo

deputado Welington Landim (PROS)

“Para o internauta, o que muda é o fato de que, com a nova lei, ele passa a ser o responsável pelo conteúdo que publica na internet, inclusive poderá responder por calúnia ou difamação quanto à informação divulgada”

Luana Ponte, coordenadora de Planejamento e Tecnologia em Informática da Assembleia Legislativa.”



JOSE LEOMAR

Liberdade de expressão

O Marco Civil caracteriza a web como uma ferramenta fundamental para a livre expressão, sendo que o usuário da rede pode se manifestar como desejar - fazer comentários, publicar textos, fotos e vídeos em sites administrados por terceiros - dentro dos padrões estabelecidos na Constituição. Nessa perspectiva, Luana Ponte ressalta que o internauta passa a ser o responsável pelo conteúdo que publica na internet, “podendo até responder por calúnia ou difamação quanto à informação divulgada”, completa.

O texto garante a isenção de responsabilidade em relação ao conteúdo postado por terceiros. A página que permitir um comentário inde-

vido somente será considerada responsável caso venha a descumprir alguma ordem judicial que determine a retirada do conteúdo. O objetivo é garantir a liberdade de expressão e evitar a censura.

Para o presidente da Comissão de Informática Jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil no Ceará (OAB-CE), Renato Torres, o Marco Civil não pode ser considerado uma lei específica para internet. “Ele representa apenas o começo de uma legislação que vai embasar a criação de outras leis futuramente”, analisa. Segundo o advogado, o Brasil ganhou muitos benefícios com a promulgação dessa lei, embora, observa, “a matéria ainda deverá sofrer muitas alterações”.

Fique por dentro

MARCO CIVIL DA INTERNET

A lei estabelece regras, direitos e deveres para o uso da internet brasileira. As determinações abrangem todos os usuários, incluindo pessoa física, governos, empresas de conexão e de serviços da rede.

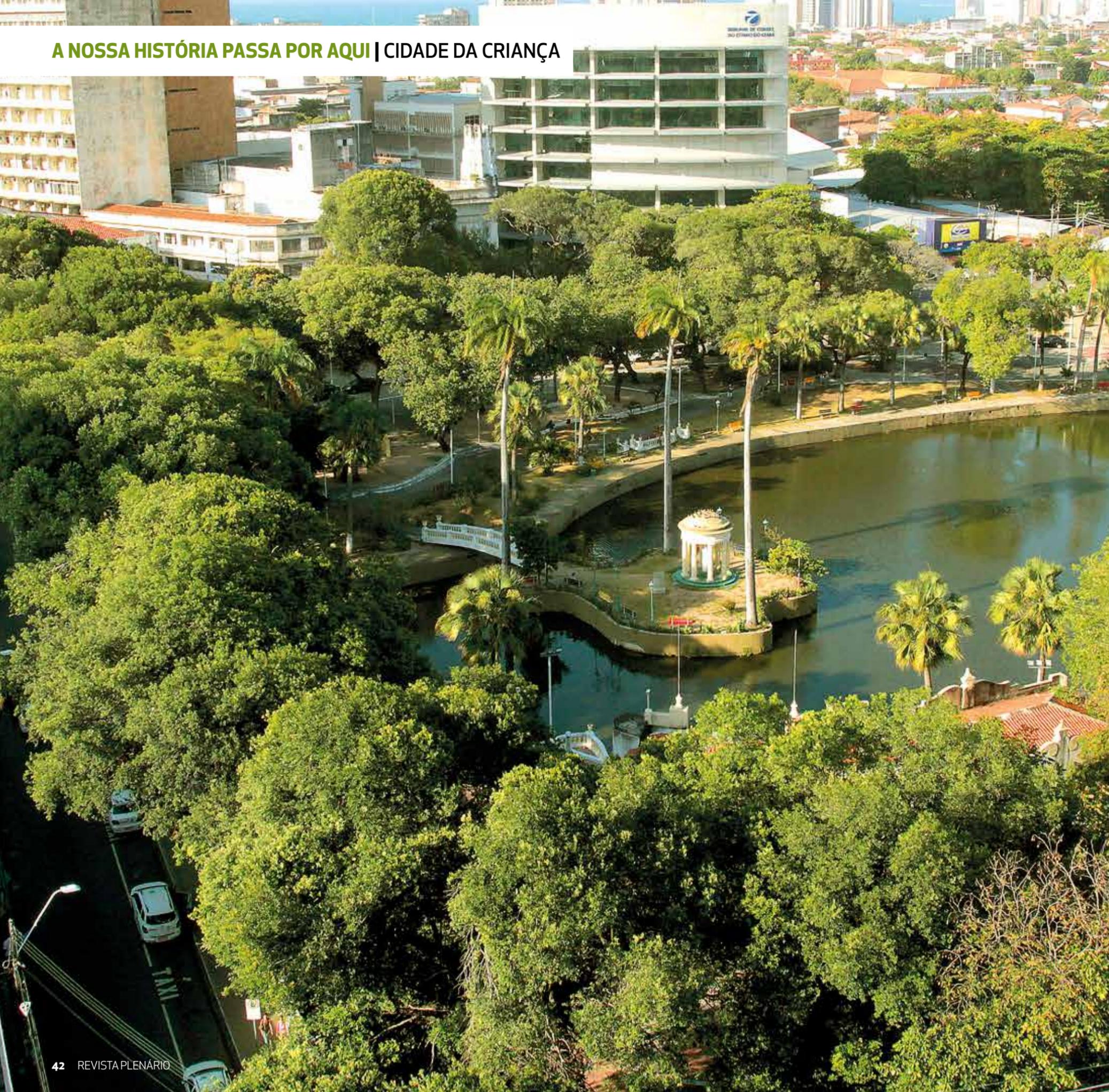
DIREITOS E GARANTIAS

Entre os direitos dos usuários, estão: acessibilidade, sigilo das comunicações (com exceção para casos de ordem judicial) e inviolabilidade dos dados pessoais; não suspensão da conexão (exceto por falta de pagamento), manutenção da qualidade contratada e clareza nos contratos com as operadoras.

Foi a primeira vez que houve uma participação incisiva da população na confecção de uma lei”

Renato Torres, presidente da Comissão de Informática Jurídica da OAB-CE





FOTOS JOSÉ LEONAR

O centro lúdico de Fortaleza

O nome do parque, na verdade, é Cidade da Criança, mas a população costuma chamá-lo também de Parque das Crianças e, até mesmo, de Parque da Liberdade, seu primeiro nome. Mas, independente da denominação, o espaço entre as ruas General Bezerril, Pedro I, Pedro Pereira e Avenida Visconde do Rio Branco é uma das áreas mais queridas por quem frequenta o Centro de Fortaleza.

Praticamente não existe criança que, tendo nascido ou crescido em Fortaleza, não tenha sido levada pela mão a conhecer esse espaço bucolicamente encravado no Centro da Capital. Batizado, inicialmente, de Parque da Liberdade, o lugar foi criado no governo do coronel Luiz Antônio Ferraz para lembrar o pioneirismo do Estado em libertar seus escravos quatro anos antes da assinatura da Lei Áurea – uma tendência perceptível em vários monumentos da época.

E não foi diferente com o espaço que já era frequentado por adultos e crianças e que teve a sua urbaniza-

ção iniciada em 1890, com a recuperação da então Lagoa do Garrote, que recebia água de alguns riachos, inclusive o da Praça da Lagoinha, e que sangrava para o Riacho Pajeú.

Data dessa época, também, a construção do castelete, como está grafado na placa de bronze em forma de escudo: “Ano de 1890, construído pelo engenheiro militar Romualdo de Carvalho Barros e seu auxiliar Isaac Amaral, sendo governador do Estado o coronel Luiz Antônio Ferraz”. Há uma segunda placa de bronze na construção que repete o mesmo texto da placa em forma de escudo.

A inauguração do espaço aconteceria 12 anos depois, em 1902, quando o governador Luiz Antônio Ferraz formalizou o perímetro do parque com uma mureta. No meio do local, numa ilha, uma placa de bronze conta a história do lugar: “a princípio natural, era recoberta de salsas e plantas exóticas. A água da lagoa era corrente e vinha do Tauape, passando por uma porta d’água rumo ao Pajeú, na Rua do Sol (hoje Costa Barros), dali atingindo o Atlântico” (Otacílio de Azevedo, in Fortaleza Descalça, 2ª edição, tiragem especial). No centro da ilha foi construído o Templo do Amor, onde se vê a estátua do Deus Cupido trazendo nos ombros a aljava de flechas.

PARQUE DA INDEPENDÊNCIA

Em 1922, em comemoração aos 100 anos do grito de Dom Pedro I que libertou o Brasil de Portugal, o espaço mudou de denominação, passando a se chamar Parque da Independência, no governo de Justiniano de Serpa e do prefeito Ildefonso Albano, que fez mudanças no muro que circundava o parque, deixando-o em estilo colonial, e transportou para a área as grades do Passeio Público. Foram colocadas, então, quatro portas circulares com telhado e beira-bico nos quatro cantos do logradouro. Em 1927 foi realizado o plantio de várias árvores na área.

Mas o novo nome durou pouco. Em 1938, o local sofreu outras reformas, recebendo o nome de Cidade da Criança, através do Decreto nº 187, de 28 de janei-

ro. No mesmo ano, o prefeito Raimundo Araripe criou o serviço de educação infantil, mantido pela municipalidade de Fortaleza, que funcionou naquele local. A escolinha era dirigida pela professora Zilda Martins Rodrigues. O espaço recebeu, ainda como marco, uma estátua de duas crianças, um menino e uma menina, fundida em bronze e trazida especialmente de Milão, na Itália.

Em 1940, foi erguido no lugar um suntuoso restaurante. De lá, partiam os barcos para passeio. Nessa época, havia espaços ao ar livre para corridas de bicicletas, patins e corridas de tamancos e jegues. Mas o monumento e a aceitação social não foram suficientes para garantir vida longa à denominação: em 1948, o local voltaria a se chamar Parque da Liberdade.

Nessa época, para marcar o retorno da antiga denominação, sobre um dos portais do parque, o que fica em frente à Praça da Igreja do Coração de Jesus, foi erguida a estátua de um índio. No portal há uma placa que explica: “O índio representa a liberdade, com os braços abertos, quebrando os grilhões que lhe acorrentavam os pulsos. Esta escultura foi obra do pintor e escultor Euclides Fonseca, que esteve no Ceará realizando uma exposição de pintura na cultura artística em 1925. A estátua é de cimento pintado imitando bronze (Otacílio de Azevedo, in Fortaleza Descalça, 2ª edição, tiragem especial)”. Já em 1954, foi criado, pela primeira vez, um minizoológico no lugar, segundo historiadores, sob a responsabilidade do professor Onélio Porto.

Primeiro ladrão

Coube ao parque ser palco do primeiro roubo de automóvel registrado em Fortaleza. O automóvel, do médico Eliezer Studart da Fonseca foi roubado à noite do dia 19 de março de 1929 e encontrado abalroado num dos bancos do parque. O ladrão, o primeiro a ser registrado como tal na cidade, foi Milton Sombra de Melo, o “Pirulito” que se explicou, singelamente, às autoridades policiais, garantindo que só queria dar uma volta com o “possante”. Acabou perdoado.



FOTOS JOSÉ LEONAR

O Parque

O Parque da Liberdade tem 26.717 metros quadrados e abriga a Cidade da Criança. O endereço oficial é Rua Pedro I, s/n – Centro. Embora não receba programação especial durante boa parte do ano, o parque se reanima para a festa do Dia das Crianças. Na data, o espaço revive seus tempos áureos e fica lotado de gente interessada em participar da programação, que reúne contação de histórias, apresentações artístico-culturais, pintura de rosto, oficinas, dança, campeonato de bila, teatro de fantoche e alguns brinquedos, como piscinas de bolas, pula-pulas, camas elásticas e escorregadores infláveis.

A Cidade da Criança deve passar por uma nova reforma. A Prefeitura de Fortaleza assinou, em janeiro deste ano, a nova Política Ambiental com a regulação de várias áreas, inclusive do Parque da Liberdade. A nova proposta prevê a criação de estruturas de lazer e passeios arborizados. A Prefeitura também publicou, no Diário Oficial do dia 30/06/2014, a criação do Projeto de Entretenimento do Parque Temático de Entretenimento Educacional Cidade da Criança.

Visita ilustre

No dia 15 de outubro de 1940, o presidente Getúlio Vargas visitou Fortaleza. Vinha do Norte e enfrentaria aqui uma agenda movimentada. Às 19 horas, discursou na Praça General Tibúrcio e, em seguida, às 21 horas, participou de um jantar de gala no Ideal Clube. No dia seguinte, visitou o Parque da Criança, seguindo, de carro, para conhecer o posto de piscicultura na Gentilândia. Logo depois, viajaria para a Paraíba.

Com a palavra



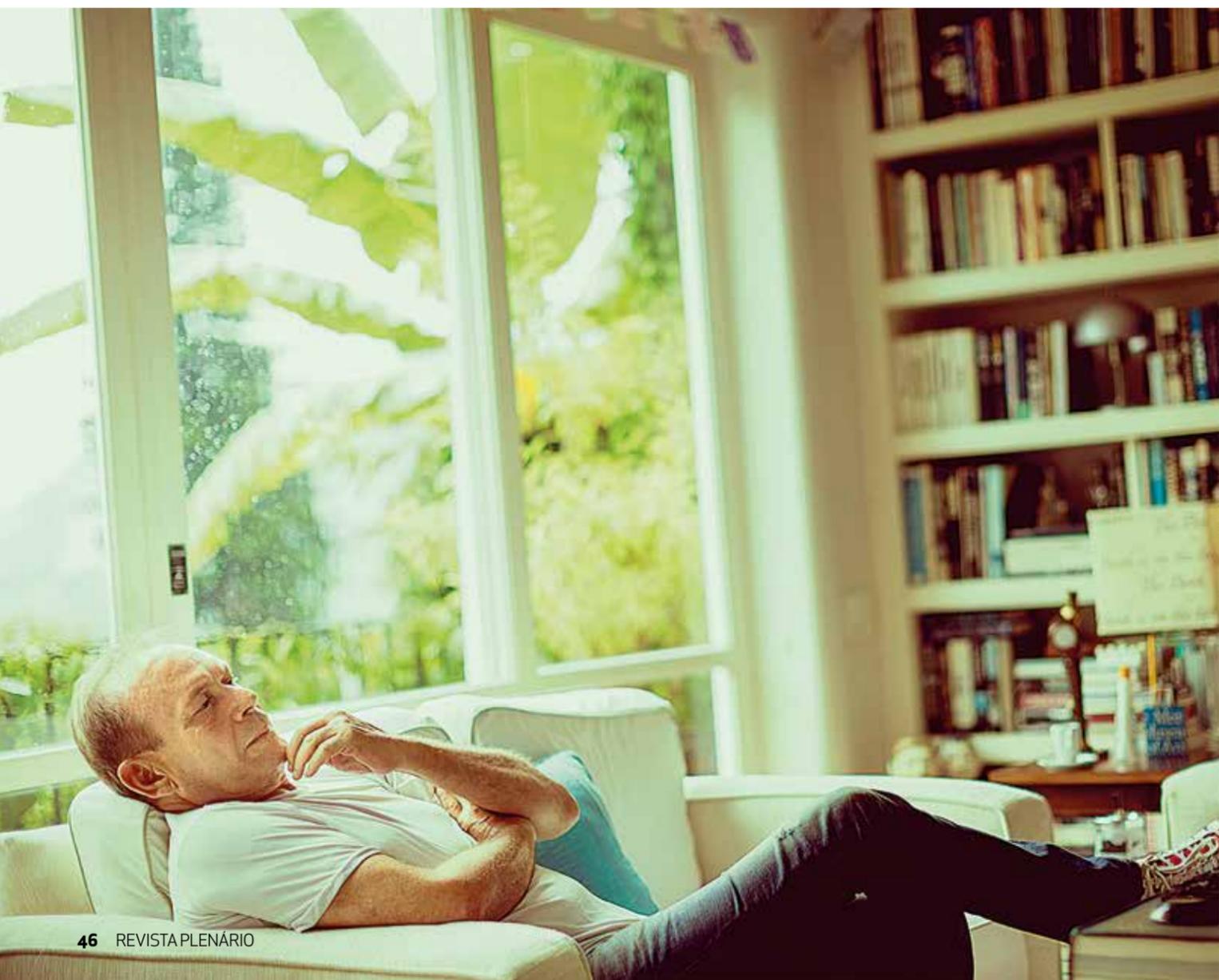
Considero a Cidade da Criança o pulmão do Centro de Fortaleza. Aquele espaço tem toda uma simbologia e ficou muito ligado à minha juventude, quando passava meus domingos ali. Lembro que a programação era praia pela manhã e, à tarde, devidamente bronzeados, colocávamos roupa de festa para irmos à Cidade da Criança, ver as meninas. Ficávamos dando voltas e mais voltas. Lembro, também, dos pedalinhas, do zoológico. Foi uma das melhores épocas da minha vida

deputado Paulo Facó (PT do B)



Um personagem inesquecível

Vadinho, Roque Santeiro e Giovanni ganharam vida, personalidade e se immortalizaram na interpretação marcante do cearense José Wilker. Ator e diretor, com passagem por televisão, cinema e teatro, ele se destacava entre os seus pares e fazia de cada papel um exercício primoroso do seu talento.

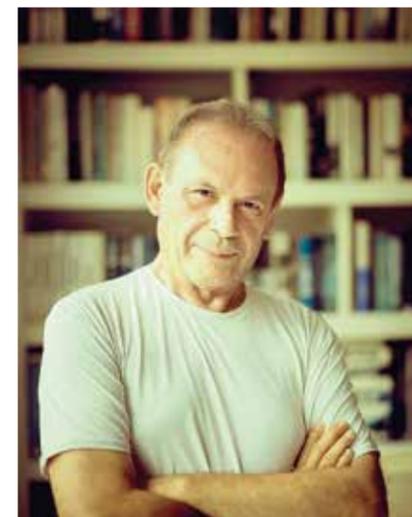


Filho do caixeiro viajante Severino Almeida e da dona de casa Raimunda, José Wilker nasceu em Juazeiro do Norte, no dia 20 de agosto de 1944. Na Terra do Padim Ciço, ainda moleque pequeno, era já astuto: vendia pedacinhos de pano dizendo tratar-se da batina do Padre Cícero. Entre muitos risos, ele confirmou essa história numa entrevista concedida quando de sua passagem por Fortaleza, há um par de anos, na apresentação de uma peça de teatro. “Eu pegava as roupas velhas das minhas tias, cortava em pedaços e, durante as romarias, saía vendendo, dizendo que era da batina do Padre Cícero e que eram os últimos paninhos”, contou, com uma boa gargalhada.

Esse talento para a arte de iludir – no bom sentido – era o prenúncio do grande artista que foi desabrochar nos canaviais pernambucanos, quando a família se mudou para Recife. Aos 13 anos já encenava os primeiros passos, como figurante, no teleteatro da TV Rádio Clube. Tomou gosto e passou a dirigir e atuar em espetáculos teatrais através do Movimento de Cultura Popular, do Partido Comunista. Viajou o sertão nordestino com suas peças sobre a cultura popular.

Aos 19 anos, mudou-se para o Rio de Janeiro e se engajou no movimento artístico, participando de peças de teatro e ensaiando os primeiros passos no mundo do cinema. Atuou, em 1965, no filme “A Falecida”, ao lado de Fernanda Montenegro. Em 1970, recebeu o prêmio Molière de Melhor Ator pela sua interpretação na peça “O arquiteto e o imperador da Assíria”. A premiação abriu as portas para um mundo ainda desconhecido: a televisão. No ano seguinte, recebeu convite para integrar o elenco da novela “Bandeira 2”, de Dias Gomes, na Rede Globo. Virou um artista popular e reconhecido nas ruas, como ele costumava lembrar.

Mas foi com o personagem Mundinho Falcão, na novela “Gabriela”, que a sua carreira, de fato, deslanchou e o colocou no patamar dos artistas consagrados. A



FOTOS GUSTAVO PELLIZZON/DIÁRIO DO NORDESTE

“Eu pegava as roupas velhas das minhas tias, cortava em pedaços e, durante as romarias, saía vendendo, dizendo que era da batina do Padre Cícero e que eram os últimos paninhos”

José Wilker contou, com uma boa gargalhada

novela, uma adaptação do romance de Jorge Amado, foi um marco na história da teledramaturgia brasileira.

No ano seguinte, era a vez de brilhar no cinema, novamente numa obra de Jorge Amado, “Dona Flor e seus dois maridos”. Contracenando com Sônia Braga, já famosa pelo papel-título na novela “Gabriela”, ele protagonizou, na pele do boêmio Vadinho, as melhores cenas do filme, um sucesso de bilheteria no Brasil e países latino-americanos.

‘FELOMENAL’

Conciliando a atuação no tripé TV-Cinema-Teatro, José Wilker foi se firmando cada vez mais como um dos mais importantes artistas brasileiros. Em 1986, interpretou um dos personagens mais marcantes de sua carreira: Roque Santeiro, personagem central da trama homônima, escrita por Dias Gomes e Aguinaldo Silva, até hoje considerada uma das melhores novelas produzidas pela TV Globo.

Interpretou outros personagens marcantes na televisão, como o ex-bicheiro Giovanni Improtta, na novela “Senhora do Destino”, que ganhou fama pelos seus bordões, como “felomenal” e “o tempo urge e a Sapucaí é grande”, e virou filme, em que o próprio Wilker atuou, produziu e dirigiu.

Ainda na TV, participou de várias minisséries, entre elas “Anos Rebeldes”, “Agosto”, “A Muralha” e “JK”, onde interpretou o presidente Juscelino Kubitschek.

Testou o seu talento, com sucesso, por trás das câmaras, quando passou a atuar como diretor. Dirigiu, além das novelas “Louco Amor” e “Transas e Caretas”, o programa humorístico “Sai de Baixo”.

ÚLTIMO ATO

Apaixonado por cinema, Wilker não apenas participou de muitos filmes, alguns deles marcantes, como “Chica da Silva”, “Bye Bye Brasil” e “O Homem da Capa Preta”, como atuou como crítico, assinando colunas em jornais impressos, e foi comentarista oficial da transmissão da premiação do Oscar pela Rede Globo. Chegou a ser diretor-presidente da distribuidora de filmes, no Rio de Janeiro, a Riofilme. Orgulhava-se da sua coleção cinematográfica de aproximadamente quatro mil DVDs e uma ampla biblioteca sobre cinema e teatro.

Na manhã de 5 de abril deste ano, um infarto fulminante encerrou o último ato de Wilker. Ele morreu enquanto dormia na casa da namorada, a jornalista Cláudia Montenegro, no Rio. Wilker foi casado com as atrizes Renée de Vielmond, Mônica Torres e Guilhermina Guinle.



MARCELLO CASAL JR/ABR

Muro de Berlim: um divisor de águas

Por 28 anos, o Muro de Berlin não dividiu apenas um país e sua gente. Ele representou a divisão do mundo em dois blocos: Ocidental (capitalista) e Oriental (socialista). Ao cair, em 1989, tornou-se um símbolo ainda mais significativo: o fim da Guerra Fria e o assombro de uma terceira guerra mundial, que, provavelmente, seria nuclear.

01.11.1993



Holanda – Entra em vigor o Tratado de Maastricht, acordado em 1991, dando origem à União Europeia e lançando as bases para a criação do Euro, a moeda única europeia. A queda do Muro de Berlim e a democratização dos países do Bloco de Leste contribuíram para que os estados

membros da Comunidade Europeia criassem um programa de integração e de união econômica e política.

05.11.1982



Paraná – Os governos do Brasil e do Paraguai inauguram a usina hidrelétrica de Itaipu, no Rio Paraná. A barragem é a maior unidade operacional hidrelétrica em termos de geração de energia anual. A primeira unidade geradora entrou em operação em 5 de maio de 1984. Ao todo, Itaipu

é composta de 20 unidades, com uma produção anual em torno de 90 milhões de megawatts-hora (MWh).

07.11.1831



Rio de Janeiro – Promulgada a Lei Feijó, que determinava a liberdade dos escravos que entrassem no Brasil e considerava o comércio negreiro uma atividade ilegal. A lei não surtiu efeito: na década de 1840, por exemplo, chegaram ao Brasil cerca de 380 mil escravos. Em 1850, sob pressão da

Inglaterra, o governo brasileiro reforçou a proibição desse comércio, mas somente em 1888 a escravidão chegou ao fim.

08.11.1793



França – Inaugurado o Museu do Louvre. Por dois séculos, o local funcionou como palácio real. Hoje, o acervo do Louvre é um dos mais ricos e diversificados do mundo, com obras de arte – sobretudo pinturas e esculturas – e objetos representativos de 11 mil anos de civilização e cultura

da humanidade. Lá está o famoso quadro Monalisa, do italiano Leonardo da Vinci.

09.11.1989



Alemanha – Com o colapso soviético, cai o Muro de Berlim, maior símbolo da separação do mundo no pós-guerra em duas ideologias opostas: capitalista e socialista. Construído em 1961, dividindo a cidade de Berlim ao meio, a sua queda representou o fim da Guerra Fria e o marco zero

da unificação da Alemanha. Cerca de 200 pessoas foram mortas, outras 200 feridas e milhares presas nas tentativas de fuga.

18.11.1978



Guiana – Suicídio coletivo de 914 pessoas, sendo 276 crianças, por ingestão de cianeto na vila batizada de Jonestown. O episódio, conhecido por Massacre de Jonestown, foi induzido por James Warren “Jim” Jones, líder da seita Templo do Povo, que pregava a igualdade

racial nos Estados Unidos. Jim Jones, que dizia ser a reencarnação de Jesus Cristo, foi encontrado com um tiro na cabeça.

Como manda o protocolo

Ela facilita o desenvolvimento de qualquer ato solene ou comemoração pública que necessite de formalização. Com um sorriso no rosto e muito carisma, a cerimonialista Ivelise Alves deixa as rígidas regras do protocolo com uma suavidade de quem, há mais de duas décadas, fez do seu ofício um belo cartão de visita.

Não é fácil organizar uma solenidade pública que segue uma série de regras determinantes para a sua dinâmica e eficiência. A posição da mesa, o tratamento usado em cada situação, a ordem geral da precedência hierárquica, a colocação dos símbolos nacionais, os trajés e fala dos palestrantes são normas do regimento interno da Assembleia Legislativa, onde, há mais de 20 anos, a cerimonialista Ivelise Alves do Nascimento trabalha para que tudo saia como manda o protocolo. “Procuramos agir de acordo com os decretos vigentes, levando em conta as particularidades de cada cerimônia”, diz Ivelise, acrescentando que a solenidade de posse do governador é a que mais lhe fascina.

Ela explica que essa solenidade é a de maior porte do Poder Legislativo e que exige um protocolo específico para a ocasião. “Já estamos trabalhando para a posse do novo governador desde agosto; serão quase seis meses de preparação, por isso é uma das cerimônias que mais me agradam”, enfatizou. Segundo ela, outra cerimônia que recebe uma atenção especial é a entrega da Medalha Edson Queiroz, feita a cada ano para um empresário que se destaca em sua atividade.



PAULO ROCHA

“Já estamos trabalhando para a posse do novo governador desde agosto; serão quase seis meses de preparação, por isso é uma das cerimônias que mais me agradam”.

CRESCIMENTO PROFISSIONAL

Do trabalho na primeira secretaria, recepção e dos gabinetes parlamentares, Ivelise deixou a formação de pedagoga de lado e decidiu enveredar pelo ramo das cerimônias públicas, que, afirma, é a sua paixão. “Já trabalhei em eventos particulares, como casamentos, mas não é a minha praia”, declarou.

Ela conta que o empenho e dedicação da coordenadora do cerimonial, Tereza Borges, foi um grande incentivo. “Aprendi com a Tereza a ter atenção às normas, pontualidade e disciplina, itens fundamentais para um evento”, afirma.

Além de ressaltar que o reconhecimento pela realização de cada trabalho é outro importante incentivo para o profissional, Ivelise sugere que os demais setores do parlamento deveriam trabalhar de forma mais integrada para o sucesso das solenidades. “Se o cerimonial trabalhasse harmonicamente com os serviços de som, limpeza, recepção, entre outros, o resultado seria muito melhor”, concluiu.

Fora do serviço cerimonial, ela cultiva o hábito da leitura de bons livros e virou adepta do Pilates, na busca por uma vida mais saudável.



Inaugurada em 7 de abril de 2006, a TV Assembleia chega aos 7 anos com a maturidade de uma emissora pública que tem plena consciência do tamanho da sua responsabilidade e da importância do seu papel. A nova marca da TV simboliza um tempo de renovação e inovação de formatos, aprimoramento de conteúdos e ampliação de debates. Tudo para fortalecer ainda mais a missão da TV Assembleia de aproximar o legislativo cearense do povo.



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

www.al.ce.gov.br

Assista à TV Assembleia: Canal 30 analógico | 30 Multiplay | 61.3 digital / satélite CZ digital

CEARÁ SEM DROGAS. A ASSEMBLEIA MOBILIZA OS CEARENSES PELA VIDA.



As drogas transformam a realidade e destroem o futuro de muitos jovens. Para mobilizar os cearenses contra esse terrível mal, a Assembleia Legislativa está percorrendo todo o estado com a campanha Ceará sem Drogas. Os encontros reúnem autoridades, educadores, estudantes, profissionais de saúde e toda a população para discutir e buscar soluções para a dependência química. Participe da campanha. Precisamos de você nessa luta.



UMA LUTA DE TODOS NÓS.



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará